ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 352
9 de Outubro de 1980

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX — Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Um milhão de votos: um milhão de vontades

– Pág. 3

A APU elegeu um deputado à Assembleia Regional da Madeira

– Pág. 3

Violências e ilegalidades

– Páginas centrais

Demagogia RTP, RDP e abuso de poder

– Páginas centrais

CONFIANÇA FIRMEZA DETERMINAÇÃO

Os resultados das eleições para a Assembleia da República introduzem na situação política nacional novos e agravados factores de preocupação que devem, no entanto, ser enfrentados com confiança, firmeza e determinação

Apesar das difíceis condições decorrentes dos resultados eleitorais, o movimento operário e popular, as forças democráticas, todos os portugueses e portuguesas que não querem o regresso ao passado, estão em condições de enfrentar e derrotar os perigos que a reacção faz pairar sobre o regime democrático

Na nova situação, o diálogo e a cooperação entre as forças democráticas, e a unidade entre todos os democratas e antifascistas convertem-se ainda mais num fortíssimo imperativo nacional e numa indiscutível necessidade para corresponder às aspirações populares da defesa da liberdade e da democracia

O CC do PCP reunir-se-á brevemente para apreciar a situação política nacional nas novas condições criadas pelos resultados eleitorais de 5 de Outubro

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP — Pág. 2

Editorial **VENCER DIFICULDADES FAZER A PROVA DA VIDA**

Editorial

VENCER DIFICULDADES FAZER A PROVA DA VIDA

"SÓ a vitória da AD garante estabilidade e paz para os próximos quatro anos".

Este bocadinho de prosa datado de 14 de Setembro, dia do arranque da campanha eleitoral que teve o seu desfecho no último domingo, foi retirado da "carta ao leitor" rubricada "com um abraço" pelos três chefes da coligação vencedora das eleições.

Na verdade, como previramos, não foram precisos quatro anos nem quatro dias para se tomar conhecimento ao vivo da "estabilidade e paz" que a Aliança reaccionária, triunfadora do acto eleitoral de domingo, garantiria aos portugueses.

A "paz AD" veio para a rua nas provocações, arruaças e violências dos jovens fascistas que nos dias seguintes, aos magotes, usando significativamente os paus das bandeiras da coligação vencedora e fazendo a saudação nazi percorreram cidades e vilas do País atacando democratas, insultando e agredindo pacíficos transeuntes, muitos deles certamente eleitores da "AD", semeando entre as populações o temor e a inquietação.

Também a "estabilidade AD" tomou expressão concreta na renovada declaração de guerra aberta ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução proferida pelo primeiro-ministro, Sá Carneiro, mal foram conhecidos os resultados da pugna eleitoral.

Uma dinâmica fascizante foi posta em prática na sequência da política inconstitucional e subversiva, dos atropelos de toda a ordem à legalidade democrática, do clima de violências instaurado pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral nos nove meses de vigência no Poder.

Se isto se trata da conhecida fábula do aprendiz de feiticeiro que pôs à solta forças que não pôde controlar ou se se trata de um propósito deliberado dos chefes da "AD" é uma questão perfeitamente aleatória.

O que importa desde já registar é que uma dinâmica abertamente fascizante foi posta à solta. Exprime-se nos moldes clássicos que antecederam a instauração dos efemeros regimes de Mussolini e Hitler. Obriga a crescente vigilância.

A "estabilidade e paz" da "AD" chama-se "instabilidade", "confrontação política", "desestabilização institucional e social".

Segura, certa, inquietadora, uma interrogação se instala já na mente de milhares de eleitores da coligação reaccionária triunfante:

Foi por isto e para isto que eu dei o meu voto à AD?

NÃO, não foi por isto e para isto que muitos milhares de portugueses ingénuos ou iludidos deram o seu voto à Aliança reaccionária.

Deram o seu voto porque com a estabilidade e a paz lhes foi demagogicamente prometida a solução de muitos preocupantes problemas do dia-a-dia, lhes acenaram com ilusórias concessões de inúmeras benesses sociais, lhes garantiram a satisfação de algumas das suas aspirações mais sentidas. A linha divisória da demagogia e da realidade não assumiu contornos precisos para milhões de portugueses.

Mas as belas promessas vão agora sofrer – já começaram abruptamente a sofrer – a prova da vida, a rude, rica e instrutiva prova da vida.

E é por isso que o Governo "AD", consolidado agora no Poder pelo voto dos portugueses está condenado à derrota.

A base social e política da Aliança reaccionária governante é uma base instável e cheia de fissuras, o Governo representativo do grande capital e dos latifundiários, aliados ao imperialismo, tentará agora pôr em prática, e pô-la-á sem sofismas nem demagogia eleiçoeira, a brutal política de exploração desenfreada das classes trabalhadoras, e dos pequenos produtores, de servil obediência aos interesses económicos e estratégicos dos grandes monopólios multinacionais e do imperialismo.

Aquilo que foi dado para comprar o voto dos portugueses desavisados será retirado sem contemplações; os "grandes projectos" vão ser implacavelmente submetidos à fria caça do lucro máximo; os direitos, regalias e liberdades dos trabalhadores alcançados com o 25 de Abril vão sofrer, já estão a sofrer, a ofensiva das forças sociais que no passado e no presente deram e dão de mamar ao fascismo.

As realidades da natureza social e da política de classe dos governantes da "AD" não poderão deixar de levantar contra eles a luta cada vez mais firme, organizada, unida e ampla dos trabalhadores da cidade e do campo, dos operários, industriais e agrícolas; dos modestos agricultores submetidos à guia dos grandes proprietários e dos grandes intermediários do comércio; dos pequenos e médios comerciantes e industriais e dos artesãos e dos reformados, de todos os que verão os seus interesses vitais sacrificados aos interesses parasitários dos grandes capitalistas e latifundiários.

É também evidente que a "AD" é um cacharolete político roído por rivalidades pessoais e de grupo. Em várias áreas o PSD e o CDS estão em conflito, as dissensões entre os mal-casados ameaçam a coligação reaccionária, os conflitos de interesses hibernados durante a trégua eleitoral reacender-se-ão de maneira inevitável.

Tudo isso são factores que adquirirão crescente expressão objectiva, que existem independentemente da vontade dos actuais senhores da máquina governativa e legislativa e ainda menos por invenção ou especulação dos comunistas.

A fase seguinte do confronto político entre as forças reaccionárias detentoras do Poder e as forças democráticas que têm um peso decisivo na conjuntura actual, vai travar-se agora, está a travar-se já, em torno da eleição do Presidente da República.

Logicamente, a reacção procura extrair imediatos dividendos da maioria parlamentar que obteve de novo com menos de metade dos votos entrados nas urnas para tentar garantir e impor a eleição do seu candidato às eleições presidenciais, general Soares Carneiro.

A completa desestabilização de relações dos actuais governantes e da sua reforçada maioria parlamentar com os orgãos de soberania Presidente da República e Conselho da Revolução, constitucionalmente estabelecidos, entrou numa fase aguda.

Redutos dos mais fortes do 25 de Abril no momento actual estão agora submetidos ao fogo concentrado das forças da reacção e do 24 de Abril.

Para o exito das suas tentativas de completa subversão das instituições e destruição das grandes conquistas democráticas do Povo português é indispensável aos inimigos da democracia e do 25 de Abril colocar na Presidência da República um candidato completamente enfeudado à reacção e liquidar o orgão político-militar ainda garante do espírito de Abril que é o Conselho da Revolução.

O projecto reaccionário de revisão inconstitucional da Constituição passa pelo domínio absoluto de todos os orgãos de soberania que a ela podem opôr-se.

A batalha das presidenciais assume agora toda a sua importância política como antes foi sublinhado pelo Partido Comunista Português.

A defesa da Democracia e das suas conquistas fundamentais, o respeito pela Constituição e pelas instituições democráticas nórtearão certamente as posições do PCP.

A classe operária, todos os trabalhadores, todos os democratas e patriotas portugueses enfrentam com a vitória eleitoral da "AD" uma situação nova repleta de perigos e dificuldades.

A defesa da democracia, o antifascismo a que muitos têm emprestado um nebuloso perfil assumem agora contornos precisos.

A questão da unidade, do entendimento, da acção comum entre todos os democratas e antifascistas coloca-se como ponto essencial nas considerações sobre a situação actual.

O exito eleitoral da "AD", o fracasso da teoria da "maioria absoluta", que o PS, principal força da FRS, punha quase como questão adquirida, a feroz concentração da ofensiva reaccionária contra o PCP e a APU que está na base do recuo generalizado mas momentâneo e de valor absoluto reduzido das forças democráticas mais consequentes agrupadas na Aliança Povo Unido, ilustraram de maneira liminar a natureza e envergadura dos perigos que ameaçam a jovem democracia portuguesa.

Nas empresas, no movimento sindical, na Zona da Reforma Agrária, nos campos – onde uma forte camada de pequenos e médios agricultores se deixou iludir pelas promessas e concessões demagógicas da Aliança reaccionária – nos movimentos das mulheres e da juventude, entre os reformados e pensionistas, muitos dos quais foram igualmente iludidos, é necessário organizar a luta nas novas condições, reforçar a unidade, apontar objectivos realistas que mobilizem as camadas mais vastas da população.

Obstáculos de monta vão ser levantados à livre expressão do pensamento, à liberdade de informação, no ensino. Os jornalistas, escritores e artistas, os professores e estudantes, toda a intelectualidade portuguesa, com a luta pelas suas reivindicações concretas têm de erguer uma barreira em defesa da liberdade e da cultura.

Os dias vindouros trarão novos perigos e dificuldades, mas a revolução democrática em Portugal nunca foi fácil, sérios obstáculos e investidas da reacção têm sido superados e vencidos.

Vencer dificuldades, fazer a prova da vida, não é um caminho de conformação e passividade – é, ao contrário, um caminho de determinação e luta.

Avante! Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na **Heska Portuguesa** R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de **Setembro: 63 200**

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

MAIS DE UM MILHÃO DE VOTOS QUARENTA E UM DEPUTADOS

1. Os resultados das eleições para a Assembleia da República introduzem na situação política nacional novos e agravados factores de preocupação que devem, no entanto, ser enfrentados com confiança, firmeza e determinação.

2. O reforço da maioria parlamentar das forças reaccionárias e a continuidade do Governo da "AD" adensam os perigos sobre os direitos, conquistas e interesses vitais do Povo português, fazendo prever a intensificação e desenvolvimento dos projectos da "AD" de subversão da legalidade democrática e constitucional com vista à liquidação do regime democrático e à destruição das grandes transformações realizadas no processo da revolução do 25 de Abril.

3. O PCP sublinha que os resultados favoráveis obtidos pela "AD" se devem em grande parte a graves limitações às liberdades democráticas, a ilegalidades, fraudes e violências verificadas durante o processo eleitoral e no decurso da própria votação. Tais resultados correspondem não tanto a ganhos políticos reais, mas fundamentalmente a ganhos sociais conjunturais, conseguidos na base da mistificação da verdadeira política do Governo, designadamente através de uma série de medidas demagógicas com exclusivos objectivos eleitoralistas, (impostos, aumento do salário mínimo nacional, de pensões e reformas, promessas de subsídios às donas de casa, subsídio do gasóleo para agricultores, etc.).

4. Nos resultados obtidos pela "AD" pesaram ainda poderosamente a escandalosa e sistemática utilização do aparelho do Estado em benefício da "AD" e a máquina de intoxicação, falsificação e propaganda partidária em que a "AD" transformou a comunicação social estatizada, promovendo a política governamental e silenciando as forças democráticas e, com particular sanha discriminatória, o PCP e a APU.

5. A intervenção eleitoral da Aliança Povo Unido, realizada numa conjuntura marcada por graves factores ofensivos da democraticidade do processo eleitoral e com uma opinião pública submetida durante meses à fortíssima pressão da propaganda e intoxicação governamental, constitui uma exaltante afirmação de combatividade popular e de identificação com os ideais democráticos e aos interesses populares e uma importantíssima contribuição em defesa da democracia. O vigor e amplitude da intervenção eleitoral da APU, a profunda e diversificada acção de esclarecimento político realizada, os grandes progressos alcançados no contacto com as populações de muitas zonas do país onde até agora os caciques reaccionários impediram a expressão das posições democráticas, não apenas contiveram as oscilações de opinião que os resultados reflectem, como representam para o futuro próximo novas e ricas possibilidades de intervenção política e social em benefício da defesa e consolidação da democracia portuguesa. O PCP saúda calorosamente os militantes do PCP, os membros do MDP, os milhares de cidadãos independentes que apoiaram a campanha da APU, todos quantos com o seu esforço, generosidade, entusiasmo e dedicação construiram uma grande e activa campanha de massas pela defesa da liberdade, da democracia, do Portugal de Abril. Apesar da perda de alguns deputados, os próprios resultados eleitorais – um milhão de votos – confirmam, mesmo no estrito plano eleitoral, o PCP como força essencial e determinante para a defesa dos interesses populares e nacionais, para a salvaguarda e prosseguimento do Portugal de Abril.

6. Apesar das difíceis condições decorrentes dos resultados eleitorais, o movimento operário e popular, as forças democráticas, todos os portugueses e portuguesas que não querem o regresso ao passado, estão em condições de enfrentar e derrotar os perigos que a reacção faz pairar sobre o regime democrático. Nenhuns resultados eleitorais dão autoridade seja a quem for, para contestar e violar a legalidade democrática e constitucional, a cujo respeito continuam obrigados todos os cidadãos e autoridades a começar pelo Governo.
Na nova situação, o diálogo e a cooperação entre as forças democráticas, e a unidade entre todos os democratas e antifascistas convertem-se ainda mais num fortíssimo imperativo nacional e numa indiscutível necessidade para corresponder às aspirações populares da defesa da Liberdade e da democracia.

7. O CC do PCP reunir-se-á brevemente para apreciar a situação política nacional nas novas condições criadas pelos resultados eleitorais de 5 de Outubro.

6 de Outubro de 1980

A Comissão Política do CC do PCP

Sobre os financiamentos estrangeiros

do «Instituto Democracia e Liberdade» do CDS

Ontem, 30 de Setembro de 1980, alguns jornais do Porto, nomeadamente «O Primeiro de Janeiro» e o «Jornal de Notícias», fizeram-se eco de um comunicado do CDS que contestaria afirmações proferidas pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política do PCP, num comício da APU.

Estas afirmações referem-se ao financimento estrangeiro do «Instituto Democracia e Liberdade» do CDS por parte da «Fundação Konrad Adenauer» do Partido Democrata Cristão (CDU) da RFA, e foram as que seguem:

> Só na primeira quinzena de Janeiro de 1980, o CDS recebeu através do seu «Instituto Democracia e Liberdade», dirigido por Amaro da Costa, **1 milhão e 502 mil marcos**, ou seja, cerca de 43 mil contos, provenientes do Commerzbank de Bona (RFA).
>
> Estes envios de marcos alemães da Fundação Konrad Adenauer para o CDS, via IDL, têm carácter regular e efectuam-se pelo menos desde 1976.
>
> O IDL funciona num centro do CDS na Rua Tomás Ribeiro 43-8.º, em Lisboa, onde igualmente têm sede fictícia mais 10 pretensos Institutos, do CDS, destinados únicamente à recepção de fundos provenientes do estrangeiro para o CDS.
>
> Foi também através do IDL e com marcos alemães enviados pela Fundação Adenauer que o CDS comprou o «Primeiro de Janeiro», sob a capa de uma organização chamada «Consórcio Difusor de Notícias».
>
> Aliás o «Expresso» de 2 de Fevereiro deste ano dizia que o tal IDL andava a «nadar em marcos alemães».

Estas foram as afirmações feitas pelo camarada Carlos Costa.

O pseudo desmentido do CDS, que ameaça também Carlos Costa com um processo judicial, não é mais do que um acto de desespero e de pura propaganda, a exemplo das negativas de Sá Carneiro quanto à sua dívida à banca e às tentativas fraudulentas de a encobrir.

Em face, porém, desse comunicado, e para melhor esclarecimento da opinião pública, a SIP do PCP está em condições de confirmar o seguinte:

1. **É verdade que o «Instituto Democracia e Liberdade» não é mais do que um prolongamento do CDS para, entre outras coisas dar cobertura ao financimento do CDS pela Fundação Konrad Adenauer do CDU da RFA.**

Alguns factos, entre muitos outros, provam à saciedade que o IDL, apesar de ter personalidade jurídica própria, não passa de «uma continuação» do CDS, segundo uma expressão utilizada por Lucas Pires.

Passamos a referir alguns:

a) O« Diário da República» n.º 14, III série, de 17 de Janeiro de 1976, onde são publicados os estatutos do IDL, indica que os outorgantes do dito «Instituto» são alguns dos dirigentes máximos do CDS: Emídio Pinheiro, Anacoreta Correia, Sá Machado, Amaro da Costa, Pedro de Vasconcelos, Basílio Horta, Macedo Pereira.

b) Os corpos gerentes do IDL têm a seguinte composição:

Conselho Directivo – Adelino Amaro da Costa, José Ribeiro e Castro, Eugénio Anacoreta Correia, Pedro de Vasconcelos, Emídio da Costa Pinheiro.

Assembleia Geral – Vítor Sá Machado, Alexandre Sousa Pinto, Vítor Macedo Pereira, João Sassetti.

Conselho Fiscal – Basílio Horta da França, Luís de Azevedo Coutinho, Alexandre Sousa Machado.

c) O dirigente do CDS, Lucas Pires que, por divergências internas, se desligou do IDL em Abril de 1978 (Expresso de 24/6/78), escreveu em Junho desse mesmo ano, uma carta ao IDL afirmando que não comparecia a uma Assembleia Geral do «Instituto» para eleição dos «Corpos Gerentes» porque estes «estavam automaticamente eleitos por serem a continuação do Secretariado da Comissão Política do CDS» (textual).

d) O IDL funciona na mesma sede de vários outros «Institutos» de cobertura do CDS, na Rua Tomás Ribeiro, 43-8.º, em Lisboa, e tem realizado Assembleias Gerais na sede distrital do CDS em Lisboa, na Av. Duque de Loulé, 90, r/c – dr.º.

2. **É verdade que o «Instituto Democracia e Liberdade» do CDS recebe regularmente do estrangeiro, nomeadamente da Fundação Konrad Adenauer, do CDU da RFA, e através de bancos alemães, avultadas quantias em marcos, e que estes financiamentos se realizam pelo menos desde 1976.**

Daremos apenas alguns exemplos, entre muitos:

13/2/76 – 300 000 DM
3/1/80 – 1 352 000 DM
11/1/80 – 100 000 DM
14/1/80 – 50 000 DM

Como se vê e se prova estes financimentos começaram pelo menos em 1976 e só na primeira quinzena de Janeiro atingiram 1 milhão e 502 mil marcos, ou seja cerca de 43 mil contos, como se afirmou.

É alias, interessante que o CDS só agora, em histerismo eleitoralista, negue o que é já do conhecimento público. Realmente o CDS já tivera oportunidade de fazer desmentidos e ameaçar com processos judiciais quanto «o diário» publicou, em 5/12/79, as condições de participação num «Seminário para candidatos a deputados da AD» promovido pelo IDL nos dias 26, 27 e 28 de Outubro de 1979, condições que incluiam, entre outras, viagens, alimentação e alojamento em hotel pagos pelo dito Instituto. Ou quando o «Diário Popular», em 19/4/78, noticiou que «no âmbito da cooperação entre o Instituto Democracia e Liberdade e a Fundação Konrad Adenauer partiu para Bona uma delegação do CDS (...)». Ou quando «A Rua» (zangam-se as comadres descobrem-se as verdades) afirmou, em 18/1/79, que «Amaro da Costa conseguiu que o actual terceiro vice-presisente do CDS (Lucas Pires) fosse afastado do Instituto Democracia e Liberdade **subsidiado pela Fundação Konrad Adenauer**». Ou quando a ANOP difundiu em 7/9/78, a notícia de que o «Primeiro de Janeiro» fora comprado por um tal «Consórcio Difusor de Notícias», grupo económico apoiado pela Fundação Konrad Adenauer e pelos industriais Bayer da RFA.

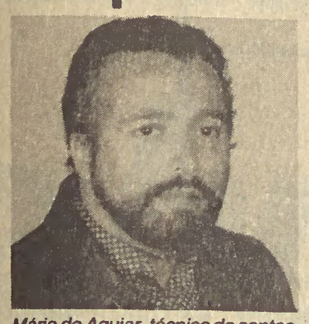
3. No referido comício, Carlos Costa desafiou o CDS a que o processasse, mas logo preveniu, igualmente, que os dirigentes comunistas nunca fazem graves afirmações que não sejam exactas e de que não possuam provas. Certamente não transmitiram ao CDS esta parte das suas declarações. Ou, então o CDS diz para fins meramente eleitoralistas que intentará um processo, mas não intentará processo algum, pois não só sabe que tudo o que foi afirmado é rigorosamentme exacto como receará, e justamente, que lhe aconteça o mesmo que ao dr. Sá Carneiro, a afundar-se com o seu escândalo Watergate.

O CDS refere-se também ao sigilo bancário. Mas não só a questão em causa nada tem a ver como o sigilo bancário, como está mais do que esclarecido que o sigilo bancário, não se aplica ao encobrimento da prática de crimes. Ora, segundo a lei, «os partidos políticos não podem receber, por qualquer título, contribuições de valor pecuniário de pessoas singulares ou colectivas não nacionais» (Decreto-Lei 595/74, art.º 20.º). Constitui pois, crime, a recepção de fundos provenientes de organizações estrangeiros por pate de um partido político português. E nós estamos em condições de apresentar provas de que dirigentes do CDS, como Amaro da Costa, sabem que este dinheiro vem da Fundação Konrad Adenauer, do Partido Cristão Democrata-CDU, da RFA, e se destina a financiar actividades do CDS e de organismos seus.

Portanto, e mais uma vez, o CDS ao refeir-se ao sigilo bancário, além de fazer já uma indirecta confirmação da veracidade do que afirmamos, não tem qualquer fundamento jurídico ou político para o invocar.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

A APU tem na Madeira o seu primeiro deputado



Mário de Aguiar, técnico de contas, militante do PCP, membro da Assembleia Municipal do Funchal eleito em Dezembro último, é o primeiro deputado da APU na Assembleia Regional da Madeira

Recolhendo no círculo do Funchal 2811 votos (contra os 1289 que obtivera na anterior eleição para a Assembleia Regional), a APU cumpriu o primeiro objectivo da sua campanha eleitoral na Região Autónoma da Madeira: eleger uma voz democrática para a Assembleia Regional.

A eleição deste primeiro deputado APU na Assembleia Regional transcende largamente a representação percentual que ali lhe fica conferida, entre 35 deputados do PSD e 1 do CDS, entre 5 deputados do PS (que perdeu 3) e 2 da UDP. Esse facto seria sublinhado pelo próprio presidente do Governo Regional quando, já na noite de domingo, se apressa a declarar a guerra da discriminação, no descabelado tom provocatório que sempre usa contra os que, sabe-o, em nome do povo madeirense jamais deixarão de lhe fazer frente: o representante da APU será, como os outros deputados eleitos, por ele recebido... «se se fizer acompanhar pelo embaixador soviético»!

O facto é que não basta a Alberto João Jardim sonhar-se o senhor de uma espécie de «república das bananas» na Ilha da Madeira: a partir de agora, conforme foi reafirmado pelo deputado eleito, Mário de Aguiar, «a APU estará representada por direito próprio na Assembleia Regional e a sua actividade terá como objectivo principal denunciar a actividade prepotente do Governo Regional e levar à Assembleia propostas concretas que tenham sempre a preocupação de reflectir as aspirações e desejos do povo da Madeira».

A reacção madeirense sabe que, um único embora, este é o deputado que não se calará, que não será possível comprar ou corromper.

Plenários de militantes na 2.ª Zona do CLL

Na próxima terça-feira, dia 14, às 21 e 30, vão realizar-se plenários de militantes do PCP da 2.ª zona do Comité Local de Lisboa.

Estes plenários realizam-se, simultaneamente, nos Centros de Trabalho de Alcântara, Ajuda e Belém.

Um milhão de votos que são um milhão de vontades e acção

Os resultados das eleições do passado domingo, trazendo consigo a manutenção da maioria de direita na Assembleia da República e criando condições para que um governo de direita continue a agravar a vida dos portugueses – incluindo aqueles que votaram na "AD" – não permitem, contudo, que os arautos da reacção ou qualquer observador desatento possam, de uma leitura manipuladora ou reduzida a uma visão meramente aritmética, extrair conclusões que, de alguma forma, constatem realidades diferentes daquelas que desabrocharam no mês de Abril e que, ao longo destes seis anos de intensa vida democrática, foram sendo realizadas à medida da luta, do sacrifício, da vontade e da exaltante dedicação do povo português, sobretudo das massas trabalhadoras. Que se desiludam aqueles que pensem ter base de apoio para a liquidação do regime democrático ou forças suficientemente numerosas para pôr em marcha os seus planos de subversão do regime.

Nada autoriza tais ilações, por várias razões bem concretas.

Em primeiro lugar, o eleitorado que votou na "AD" não é **estável** nem **coerente.** Não é estável nem coerente porque os seus interesses são divergentes e, por vezes, contraditórios: os interesses e desejos dos grandes capitalistas e agrários que a "AD" representa são opostos aos interesses de camadas da pequena e média burguesia e mesmo trabalhadores que confiaram no passado domingo nas promessas eleitorais consubstanciadas em nove meses da mais completa, permanente e descarada demagogia eleitoralista. A breve prazo, essas camadas que confiaram nas promessas da "AD" vão inevitavelmente sentir, nas suas próprias condições de vida, os custos que representa, para o país e para si, o exercício do poder por parte da direita.

Mas, além disso, também no bojo da "AD" tal como entre o seu eleitorado, são patentes as tensões entre o fascismo revanchista e uma atitude mais prudente de quem percebe que esse caminho pode constituir um sério revés para as ambições da direita portuguesa e dos interesses de classe que defende.

A vitória eleitoral da "AD" ficou, em larga medida, a dever-se a um eleitorado que votou enganado; que o fez porque, meses a fio, foi sujeito a grandes operações de manipulação da opinião pública, através de um controlo quase total dos meios de comunicação social estatizados, sobretudo os de mais larga audiência – a rádio e a televisão – agindo em total e exclusiva consonância com um governo que deixou de governar para estar em permanente campanha eleitoral.

O eleitorado da "AD" não constitui, por isso, uma base social de apoio da direita nem tão pouco uma base de apoio para uma política de direita.

E a esta inegável realidade se contrapõe uma outra, decisiva: o eleitorado que votou conscientemente no regime democrático e, sobretudo, o milhão de portugueses que confiou o seu voto à APU, que apoiou as propostas políticas do PCP e dos seus aliados, é um eleitorado extremamente activo.

Activo do ponto de vista democrático e cívico, mas também do ponto de vista social e económico. O exercício da democracia e a vivência democrática de um povo não se esgotam no acto de votar – embora este constitua uma peça importante do regime democrático e de intervenção dos cidadãos.

O pulsar quotidiano da vida nacional alimenta-se da intervenção democrática dos portugueses nos mais variados aspectos da realidade, no exercício de direitos e liberdades fundamentais consignados na Constituição. E pode dizer-se que esse pulsar quotidiano – ao nível local, sindical, associativo, recreativo e cultural – reforça-se pela intervenção decidida daqueles que, nos sucessivos actos eleitorais, vêm votando conscientemente na defesa e manutenção do regime democrático saído de Abril. Não será a este respeito novidade para ninguém – nem mesmo para os forças da direita – a afirmação de que este número tem vindo progressivamente a reforçar-se, mesmo e sobretudo nos momentos difíceis e perigosos que o regime democrático tem vivido.

Também do ponto de vista económico e social, o eleitorado que votou nas forças de esquerda – e particularmente aquele que o fez nas forças democráticas mais consequentes – é o mais activo porque é nessa trincheira da democracia que militam e confiam a maioria dos trabalhadores, daqueles que estão na base da criação da riqueza do país.

A conjugação destas duas realidades – de um lado, e à direita, uma massa eleitoral instável e incoerente, onde avultam portugueses que votaram enganados e, do outro, nas forças democráticas fiéis a Abril, um eleitorado activo, intervindo diariamente na vida nacional, pronto a defender o regime democrático – mostra que nenhuma outra ilação se pode tirar das eleições de domingo passado, a não ser o desejo maioritário do povo português de continuar a viver plenamente a democracia.

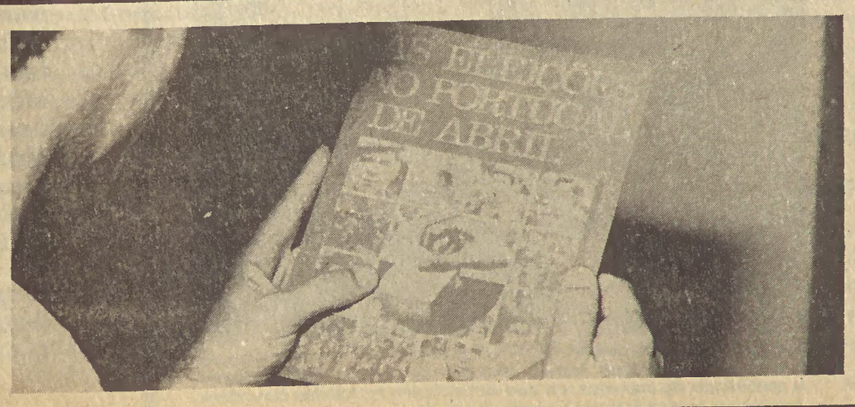
O milhão de portugueses que votou na APU foi por isso que o fez: o milhão de votos no PCP e nos seus aliados do MDP/CDE e independentes representa a vontade quotidianamente assumida de quem, firmemente, actua para que o Portugal democrático que hoje construímos seja defendido, consolidado e desenvolvido.

Serena mas firmemente, é esta a realidade que o milhão de votos na APU traduz; é esta a realidade que nenhuma leitura de ocasião ou eufórica dos resultados eleitorais poderá esconder. Quem o fizer, mais do que tentar enganar o povo português, estará a iludir-se a si próprio – sobretudo aqueles que, desde domingo, inventaram o tal do "descalabro do PCP".

QUADRO COMPARATIVO DOS RESULTADOS DE 1976, 1979 E 1980

NOTA: Os resultados de 1979, indicados na coluna PS+UEDS correspondem, em número de votos como em percentagens, à soma dos resultados obtidos então por aqueles dois partidos que, este ano, aparecem coligados na FRS. Na coluna «outros» aparecem os resultados somados de partidos e coligações que, de um modo geral, concorreram às eleições de 5 de Outubro aparecendo com fraseologia de esquerda – PSR, POUS, PCTP, PT e OCMLP.
Todos os resultados de 1980 são evidentemente provisórios.

Distritos	PCP/APU						PS		PS+UEDS		FRS		PSD+CDS+PPM/AD						UDP						outros
	1976		1979		1980		1976		1979		1980		1976		1979		1980		1976		1979		1980		1980
	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos	%	votos
Aveiro	12 198	3,8	28 251	7,9	24 543	6,8	100 082	30,8	103 514	28,9	97 437	27,1	187 707	57,9	202 837	56,7	211 330	58,8	2 975	0,9	4 147	1,1	2 672	0,7	13 699
Beja	52 948	44,0	63 498	50,7	57 987	47,1	38 258	31,8	28 332	22,6	25 996	21,1	15 642	13,0	23 743	19,0	27 619	22,4	2 670	2,2	2 196	1,7	1 601	1,3	5 879
Braga	13 744	4,1	38 051	10,0	32 402	8,4	108 292	32,1	117 841	31,0	113 496	29,3	184 616	54,7	197 250	51,9	212 310	54,8	3 513	1,0	5 409	1,4	3 331	0,9	16 302
Bragança	2 561	2,7	6 062	5,8	4 918	4,8	21 512	22,6	23 902	22,6	21 901	21,3	59 331	62,2	63 842	60,7	67 063	65,1	765	0,8	1 890	1,7	964	0,9	3 821
Castelo Branco	9 368	6,6	19 071	12,4	15 963	10,5	51 829	36,4	44 128	28,7	45 972	30,2	61 219	43,0	76 658	49,9	77 723	51,0	1 528	1,0	2 705	1,7	1 091	0,7	5 661
Coimbra	17 405	7,2	29 944	11,2	26 227	9,9	98 213	40,9	96 855	36,1	95 056	35,8	95 480	39,7	120 298	44,8	122 153	46,0	2 765	1,1	3 520	1,3	2 115	0,8	10 358
Évora	52 378	43,0	61 480	48,9	57 494	45,7	36 876	30,3	22 070	17,5	23 477	18,6	21 719	17,8	33 857	26,9	36 743	29,2	3 155	2,5	2 076	1,6	1 158	0,9	4 348
Faro	27 667	14,5	41 724	20,3	34 465	16,7	85 410	44,7	72 426	35,2	71 563	34,5	50 670	26,5	71 232	34,6	76 753	37,2	4 933	2,5	6 486	3,1	3 832	1,9	12 379
Guarda	3 549	2,9	7 202	5,4	6 478	5,0	30 622	25,1	35 917	27,0	34 346	26,3	71 487	58,7	81 115	60,6	78 967	60,5	1 364	1,1	1 118	0,8	956	0,7	4 872
Leiria	16 227	7,3	27 561	10,9	24 419	9,7	69 224	31,1	60 715	23,9	57 053	22,7	114 285	51,3	142 731	56,2	149 933	59,7	2 129	0,9	3 765	1,4	2 617	1,0	9 097
Lisboa	263 047	21,9	341 658	26,0	304 729	23,1	460 696	38,3	350 841	26,8	370 618	28,1	357 530	29,7	523 583	39,9	548 988	41,5	31 626	2,6	35 850	2,7	22 934	1,7	44 904
Portalegre	21 135	22,0	29 080	29,4	25 956	26,2	40 295	42,0	30 109	30,4	32 122	32,4	23 534	24,5	31 719	32,1	33 150	33,4	950	0,9	1 706	1,7	658	0,7	4 640
Porto	69 264	8,4	131 833	14,5	109 968	11,9	337 126	40,7	321 764	35,3	315 915	34,3	356 134	43,0	405 060	44,4	429 349	46,6	12 585	1,5	17 158	1,8	12 579	1,4	34 417
Santarém	43 822	16,1	62 713	21,7	55 179	19,1	104 407	38,3	81 106	28,0	88 226	30,5	92 492	33,9	118 494	41,0	120 879	41,8	4 531	1,6	6 272	2,1	3 473	1,2	11 992
Setúbal	159 079	44,3	189 593	47,0	179 113	44,0	115 346	32,1	89 388	22,2	95 718	23,5	46 853	13,1	89 978	22,3	97 927	24,1	10 065	2,8	15 958	3,9	11 443	2,8	13 998
Viana do Castelo	8 612	6,6	14 266	9,8	14 535	10,0	33 286	25,6	37 643	25,8	33 237	22,8	74 011	57,0	79 702	54,8	86 019	59,1	1 130	0,8	1 295	0,8	927	0,6	5 735
Vila Real	4 081	3,1	8 920	6,1	7 376	5,1	34 025	26,2	37 747	25,9	32 724	22,8	75 419	58,2	84 071	57,7	88 902	62,0	1 189	0,9	2 214	1,5	1 093	0,8	7 628
Viseu	4 959	2,3	13 464	5,5	11 929	5,0	50 034	23,0	53 182	22,0	50 209	20,9	140 051	64,4	156 445	64,1	160 398	66,7	2 024	0,9	3 317	1,3	1 524	0,6	6 505
Região Autónoma dos Açores	1 870	1,5	3 977	3,1	3 663	3,0	42 726	33,6	38 795	29,8	32 648	27,2	76 721	60,3	77 116	59,3	73 797	61,2	–	–	2 253	1,7	1 554	1,3	2 071
Região Autónoma da Madeira	1 680	1,5	3 891	3,1	3 608	2,9	28 673	25,0	21 921	17,2	20 480	16,5	76 685	66,8	87 634	68,8	87 110	70,3	1 467	1,2	8 430	6,6	5 557	4,5	1 367



Para estudar os resultados eleitorais é fundamental ter um livro com tudo sobre as eleições anteriores

ELEIÇÕES PARA O PORTUGAL DE ABRIL

- A mais completa compilação de dados sobre todos os actos eleitorais do Portugal de Abril
- Cerca de 350 quadros de dados estatísticos
- 240 páginas – 250$00

CDL – a distribuição – À venda em todo o País

Os acontecimentos depois das eleições

A violência é a verdadeira face da direita

A verdadeira face da direita não se modificou após os resultados eleitorais que lhe asseguraram a vitória, pelo contrário, apresentou-se nessa altura mais nítida quanto ao clima de intimidação e violência que nos dias seguintes agitaram de Norte a Sul do país.

Se já durante a campanha eleitoral inúmeros tinham sido os factos reveladores da violência organizada que os apaniguados da Aliança Reaccionária praticavam pelo país, no próprio dia do acto eleitoral a intimidação e violência ganharam amplitude como suporte às fraudes que pretenderam e nalguns casos conseguiram levar a cabo.

Mas após o conhecimento dos resultados eleitorais que, como se sabe asseguraram a vitória à Aliança Reaccionária, os sequazes desta aliança política de direita pretenderam dar vazão ao seu ódio e vingança. Um pouco por toda a parte, a partir da madrugada de segunda-feira, indivíduos da «AD», provocaram conflitos, procuraram o confrontos com os opositores, pretenderam criar um clima de intimidação e medo em muitos casos semelhante ao clima que Hitler impôs aos alemães.

Não o conseguiram, apesar das tentativas esporádicas que ainda fazem, porque a grande maioria do povo português disse inequivocamente, há mais de seis anos, não ao fascismo. Também esqueceram que grande parte do eleitorado que votou «AD» fez essa escolha por acreditar nas promessas que o Governo Carneiro/Amaral distribuiu aos centos. São portugueses que esperam ver cumpridas (?) as promessas mas que nunca servirão de base de apoio para a instauração de um clima de intimidação e medo.

Apesar de tudo, nunca como neste período pós-eleições se verificou nos nosso país, depois de Abril de 1974 – e já lá vão seis actos eleitorais, contando com as eleições presidenciais, as eleições para a Assembleia da República e as eleições autárquicas – uma tão grande onda de violência como este ano.

Os feridos, tanto no período da campanha como depois, são às dezenas. Dois mortos, um dos quais no Porto, na segunda-feira passada.

Muitos portugueses, hoje, já, interrogaram-se se foi para isto que deram o seu voto à «AD», se é esta a paz social com que Sá Carneiro, Freitas do Amaral e outros idênticos enchiam a boca tanto nos comícios como nas conversas de televisão.

Em toda a parte, e Portugal não é a excepção que confirma a regra, a direita é sinónimo de violência. Violência para garantir toda a actuação impopular que desenvolve para favorecer os ricos e poderosos.

A actuação dos bandos de jovens «adês» que agora se evidencia não pode constituir pois surpresa para alguns. Mas não pode constituir igualmente desânimo para outros tantos. A constante é a vitória da democracia. Por vezes difícil, mas nunca impossível.

Em Portugal, não é a actuação de uns tantos bandos histéricos de jovens de direita, por vezes com a complacência do Governo que lhes é afim, o motivo para impedir a vitória democrática. Façam o que fizerem esta será mais tarde ou mais cedo uma realidade.

Durante a campanha

O que se passou durante a campanha eleitoral revela a orientação por parte da «AD» no sentido de fomentar as provocações, os choques e a violência contra os militantes das forças democráticas. A tal ponto se compenetraram desse dever que num dos casos abriu-se-lhes a boca para a verdade.

Com efeito, a propósito de um incidente que provocaram deliberadamente, em Alcácer do Sal, a «AD» daquela vila difundiu um comunicado onde publicamente afirmavam que «**a Associação de Comandos rondava já a zona para impor a ordem**».

Muitos outros incidentes se verificaram, nomeadamente no último dia da campanha. Quase sempre os «adês» atacavam pessoas isoladas, que a sua coragem não vai muito longe. Foi o que sucedeu com um militante da APU que circulava no seu automóvel na Praça do Saldanha, em Lisboa, a quem danificaram o carro.

O mesmo se passou com outros militantes de outras organização democráticas.

E até uma senhora que na Rua da Palma regressava a casa acompanhada de uma criança no final do encerramento da campanha da APU, só por ostentar o autocolante foi barbaramente agredida, não escapando também a criança à fúria salvagem daquele bando.

Muitos outros incidentes houve por esse país fora.

A candidata comunista Ilda Figueiredo foi por duas vezes agredida, uma delas em Santo Tirso pelo médico João Albino Cruz Carneiro (esta propensão dos carneiros para a violência...), indivíduo já conhecido em Dezembro de 1979 pelos atestados de cegueira que passou e que possivelmente repetiu este ano.

O comício que a «AD» promoveu no Porto foi igualmente pretexto para que bandos de jovens «adês» dessem vazão à sua violência mesmo enquanto discursava Sá Carneiro, que se alheou do que se estava a passar.

Foi o que se passou no lugar de Barreiros, Nogueira, distrito de Braga, onde um militante da APU foi alvejado a tiro de caçadeira enquanto colocava um pano de propaganda eleitoral. Foi também o que se passou no Casal Ventoso, em Lisboa, onde a passagem de uma caravana «AD» provocou o atropelamento de um jovem que seguia de motorizada, deixando-o ali ficar sem qualquer socorro, o que motivou a indignação da população local.

Até um membro da administração dos CTT do Porto, o engenheiro Fernando Manuel Dias Claro Teixeira, e um dirigente do PPD e da UGT, Fernando Rodrigues Capitão, que acompanhava o primeiro foram encontravados a arrancar propaganda da APU.

Outros incidentes se verificaram. Em todos, a orientação definida pela «AD» para que assim se procedesse, numa tentativa de amedrontar, de criar as condições propícias à fraude no acto eleitoral.

Comemorar ou intimidar?

Na madrugada do dia 6, segunda-feira, apenas eram conhecidos resultados provisórios que indicavam já a vitória da Aliança Reaccionária e eis que a violência salta para a rua por iniciativa de activistas daquela organização política.

Em Lisboa e no Porto, caravanas automóveis, a pretexto de comemorarem os resultados eleitorais, dão origem a graves conflitos.

A orientação, pelo que hoje se pode verificar, era a confrontação com outras forças políticas. Algumas sedes de partidos políticos são apontadas como alvo.

A palavra de ordem é passada de carro para carro: «Vamos a tal parte...».

O clima que instauram é de tal ordem que na segunda-feira de manhã uma das informações que circulava dizia respeito ao assalto e posterior destruição da sede do PS em Coimbra. Tal não se verificou, mas o facto em si não deixa de ser revelador do clima de intimidação que se procurou criar.

Mas se na sede do PS em Coimbra não se passou nada, já o mesmo não sucedeu em Lisboa, onde jovens «adês» tentaram assaltar a sede do PS no Largo do Rato, fizeram provocações noutra sede do PS, em S. Pedro de Alcântara, tentaram assaltar o Centro de Trabalho do PCP, em Cascais, dispararam tiros à boa maneira dos filmes de «cowboys» na Avenida de Roma, e nem sequer pouparam a residência oficial do Presidente da República, o Palácio de Belém, onde grandes caravanas, previamente organizadas, se entregaram a toda a casta de provocações.

No Porto, os incidentes foram mais graves.

E traduziram-se até agora num morto e diversos feridos. Aqui, as «manifestações» da «AD» ganharam uma onda de violência muito particular.

Os «manifestantes» incendiaram bancas da APU, tentaram assaltar a sede da UDP, fizeram provocações frente ao Centro de Trabalho do PCP na Avenida da Boavista.

Os incidentes que começam na madrugada de segunda-feira prolongaram-se por todo o dia. O centro da cidade oferecia o aspecto de um mini-campo de batalha.

Forças da ordem, «manifestantes», grupos de populares, correrias, perseguições, cães-polícias, jovens de capacete e matracas, bandeiras da «AD» e autocolantes desta organização no peito dos «manifestantes» era o panorama visível.

O próprio comandante da PSP no Porto ao comentar os incidentes declara que a maioria dos manifestantes que se encontravam na Praça da Liberdade eram jovens com autocolantes e bandeiras da «AD» que provocavam confrontos permanentes com simpatizantes de outras forças políticas.

Na tentativa de assalto à sede da UDP, várias pessoas são feridas por tiros disparados não se sabe por quem. Uma busca posterior às instalações da UDP naquele local da cidade não revela a existência de quaisquer armas de fogo.

Entretanto, e talvez para acirrar mais o clima de violência que os elementos da «AD» tinham desencadeado, a sede distrital da Aliança Reaccionária no Porto é assaltada por indivíduos não identificados. Mais tarde, uma sede do PPD no Porto e outra do CDS, na Foz do Douro, são apedrejadas também por indivíduos não identificados.

No auge deste clima de violência desencadeada pela direita, na madrugada de terça-feira, um jovem é assassinado a tiro, na Avenida dos Aliados por um comerciante que ostentava um autocolante da «AD». E outro jovem é ferido pelo mesmo indivíduo.

Ainda sobre o clima de violência que a «AD» fomentou antes das eleições e que nada faz para impedir agora: no dia das eleições, na Fundação Calouste Gulbenkian, enquanto os resultados iam sendo dados um conhecido elemento reaccionário que em 1975 se notabilizou pela participação assídua nos assaltos aos Centros de Trabalho do PCP passeava-se calmamente na companhia de outros elementos «adês». No dia seguinte, também em frente à Gulbenkian, um indivíduo de autocolantes de Sá Carneiro ao peito ameaçava partir os vidros dos automóveis que paravam no sinal vermelho.

Oleiros – Uma «ilha da direita» ou, um arquipélago de fraudes eleitorais?

Alguns dos factos mais salientes das irregularidades e fraudes cometidas durante as eleições para a Assembleia da República nas mesas de voto do concelho de Oleiros, distrito de Castelo Branco. De salientar ainda que os elementos reaccionários da zona gostam de apelidar aquele concelho como uma «ilha da direita» e não há dúvida de que tudo fazem para que assim seja. Se realmente uma «ilha da direita» significa fraudes e irregularidades então o concelho de Oleiros é realmente uma «ilha». Diríamos mesmo, um arquipélago.

Mesa n.º 1 – Freguesia de Cambas — O delegado da APU, António Maria Antunes, candidato pelo círculo de Castelo Branco, José Figueira e o advogado dr. Antunes Ferreira, membro da Comissão Nacional do MDP, estiveram sequestrados dentro da assembleia de voto até às duas da madrugada de onde foram retirados por uma força da GNR;

— os reaccionários tentaram incendiar a assembleia de voto;

— um elemento da mesa de voto, Mário Mendes Antunes, foi quem mobilizou e comandou a provocação, tendo ido buscar em carrinhas gente à Pampilhosa;

— retornados atiçavam os ânimos dizendo que os delegados da APU «roubaram os votos e sabotaram o acto eleitoral»;

— foram danificados dois automóveis, para além de lhes terem sido vazados os pneus;

Mesa n.º 2 — Freguesia do Estreito — o delegado da APU, Francisco Lopes, esteve sequestrado desde as 16 até cerca das 4 horas da madrugada dentro da assembleia de voto, de onde saiu depois da intervenção de cerca de 80 elementos da GNR;

— nesta mesa não era pedida a identificação aos eleitores;

— à porta da assembleia de voto, alguns indivíduos ensinavam a votar na «AD»; o delegado da APU apresentou protesto por escrito;

— as pessoas protestavam porque antes sempre tinham votado acompanhadas;

— um soldado da GNR, colocado em Lisboa, Carlos Joaquim da Natividade Januário, eleitor n.º 746, gritava para o delegado da APU que a lei era o que ele dizia e que ia buscar uma pessoa idosa (mas com capacidade para votar sozinha) e que votava conjuntamente com ela e se não o deixassem partia tudo;

— este elemento da GNR foi um dos organizadores de sequestro e da violência que se seguiu;

Mesa n.º 1 — Freguesia do Mosteiro — o presidente da Câmara Municipal de Oleiros esteve a inquirir junto da mesa os nomes das pessoas que ainda não tinham ido votar, pois mandava o «jeep» da Câmara buscar os retardatários a casa. Com efeito o delegado da APU, José Orlando, comprovou que o «jeep» com o distintivo da Câmara chegou depois carregado com eleitores;

Mesa n.º 1 — Freguesia de Isna — o delegado da APU, Mário Franco, foi espancado dentro da assembleia de voto;

— a urna não estava selada; protesto por escrito por parte do delegado da APU que a mesa não atendeu;

— as pessoas votavam acompanhadas sem qualquer razão para isso;

— o presidente da mesa entregava os boletins de voto indicando com o dedo o símbolo da «AD»;

Mesa n.º 3 — Freguesia de Oleiros — a delegada da APU, Maria José Tomaz, foi logo no início ameaçada com uma faca;

— nesta mesa de voto o eleitor dizia onde queria votar e um membro da mesa assinalava no boletim de voto o partido respectivo;

— o presidente da mesa punha o dedo em cima do símbolo da «AD» quando entregava o boletim de voto;

— eleitores testemunharam à delegada que foram ameaçadas, se não votassem, de irem para a prisão; era-lhes dito também que deviam votar acompanhadas porque sempre assim tinha sido;

Mesa n.º 2 — Freguesia de Oleiros — apareceram pessoas com três cartões de eleitor que queriam votar três vezes porque essas pessoas não poderiam estar presentes;

— um soldado da GNR apareceu a acompanhar diversas pessoas à mesa de voto e a apelar abertamente ao voto na «AD», mesmo junto à mesa; este soldado disse que já tinha trazido três carradas e preparava-se para trazer mais;

Mesa n.º 1 — Freguesia do Estreito — todas as pessoas estavam a votar sem qualquer identificação; quando a delegada da APU, Maria Rafael, chamou a atenção para a irregularidade a mesa declarou conhecer toda a gente;

— também aqui muitos eleitores se mostraram admirados por não poderem votar acompanhados, já que sempre foram assim nas outras eleições;

— caciques locais, manobrando a população, mobilizaram parte da população para as imediações da mesa de voto;

— a delegada da APU só abandonou a assembleia de voto sob a protecção da GNR que entretanto chegou.

Tudo serviu para arrebanhar votos

No dia das eleições, em certas zonas do país as fraudes, irregularidades e intimidações foram apanágio dos caciques e outros elementos da Aliança Reaccionária. Não serve isto para tentar justificar a vitória da «AD», mas que ajudou não restam dúvidas.

Na Madeira, por determinação do Governo Regional – determinação o mais ilegal possível – os analfabetos podiam votar acompanhados. Pois então! Assim havia a certeza de que não se enganavam e punham a cruzinha no partido do sr. Alberto João Jardim.

Isto faz recordar o sistema de voto que existe em Marrocos e que é verdadeiramente «sui generis». Neste país, os latifundiários distribuiem aos seus empregados boletins de voto de cores diferentes e que correspondem aos diferentes partidos que concorrem. Após a votação os empregados são obrigados a devolver os boletins que não utilizaram. Deste modo está assegurado o voto «certo» no partido que o latifundiário defende, pois nenhum empregado se atreve a entregar ao patrão o boletim da cor que devia pôr na urna. Aqui fica a sugestão para o sr. Jardim.

Contudo, no campo das fraudes, este ano voltou a verificar-se uma «epidemia» de cegos, face aos bons resultados obridos em Dezembro passado. Casos houve, já denunciados no úlrimo «Avante!» em que os falsos cegos nem sequer apresentavam atestados médicos. Outros, saídos da assembleia de voto, esqueciam-se que eram cegos e logo ali abandonavam a pessoa que os acompanhara, que esta fazia falta para guiar outro «ceguinho».

Até os cartórios notariais participaram na burla eleitoral. Dia 5 de Outubro, domingo e feriado, não constituiu impedimento para que alguns cartórios abrissem expressamente para reconhecer as assinaturas dos médicos que estavam de serviço a passar atestados de cegueira.

Houve mesmo um médico que enviou uma dúzia de atestados em branco para uma assembleia de voto para o caso de alguém precisar do papelinho, dando assim a aparência de legalidade à fraude cometida.

Mas houve outros casos, nomeadamente o de eleitores que votaram sem se identificarem, o que à partida lhes permitiu votar pelo menos duas vezes.

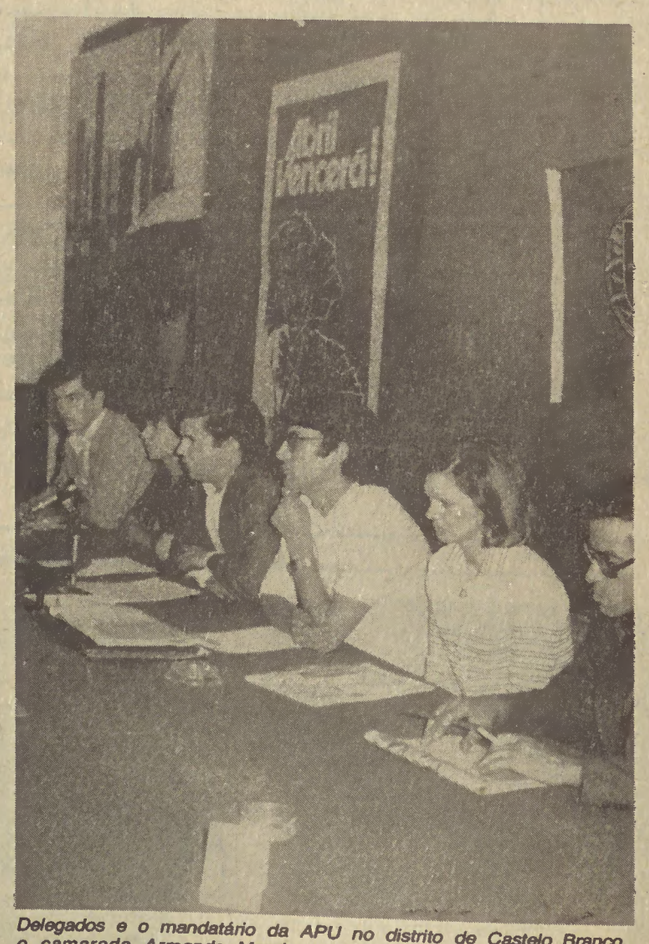
As intimidações e as agressões aos delegados da APU e até a delegados da FRS foram outras acções levadas a cabo pela cacicagem. Apesar de tudo isto e dos sequestros dos delegados da APU nalguns casos, muitas violações foram detectadas e muitas foram mesmo anuladas graças à determinação dos delegados da Aliança Povo Unido. A direita não conseguiu por isso mesmo fazer toda a batota que pretendia. Mas onde teve possibilidades não as desperdiçou, como já sucedera no ano passado. Prova de que não se desperdiçou foi o que ocorreu no dia 5 de Outubro, em Oleiros, distrito de Castelo Branco.

Naquele concelho, como foi denunciado na terça-feira em conferência de Imprensa, delegados da APU e da FRS foram sequestrados e ameaçados de morte, além de espancados e insultados.

Presidentes das mesas de voto perguntavam aos eleitores em quem queriam votar, os quais diziam em voz alta que era na «AD», encarregando-se outro indivíduo de pôr a cruzinha.

Até o presidente da Câmara de Oleiros andou a inquirir dos retardatários mandando um «jeep» buscá-los a casa.

Estes e outros incidentes foram denunciados durante uma conferência de Imprensa no Centro de Trabalho Vitória e na qual estiveram presentes o camarada Armando Morais, membro do CC do PCP e mandatário da APU por Castelo Branco, Antunes Ferreira, advogado e dirigente nacional do MDP e os delegados nas mesas de Oleiros, Francisco Lopes, Mário Franco, Maria José Tomás e Elvira Serra.



Delegados e o mandatário da APU no distrito de Castelo Branco, o camarada Armando Morais, membro do CC do PCP, durante a conferência de Imprensa em que denunciaram as fraudes cometidas pela direita, nomeadamente no concelho de Oleiros

Demagogia, RTP, RDP e abuso de poder

NTE a campanha eleitoral
terme agogia foi utilizado
se não res de vezes para
r a acção da «AD» e muito
nte do Governo.
de pro mundos e fundos ao
exac te em questões e problemas
dos pe eralidade dos portugueses,
nten as condições reais para
der a romessas, fora já uma
da can a eleitoral da direita nas
terça de Dezembro
nhar rtante papel na ilusão
to de mas de milhares de
es, a b com situações criadas
nte po ítica de direita anterior-
uida pelos governos PS, quer pelos
Mota e Nobre da Costa.
nha úni um elemento alterou
situa forma substancial: **a «AD»**
Gover as possibilidades abertas
cio de er abriram à direita
des da acção conjugada que levou
es dife nte imagináveis
a e an ras.

Gerno
canha eleitoral

ONTOS com o facto de que
nas meses de governo os
de consulta eleitoral, os partidos
rogram obviamente a sua acção
ntal em conta este facto.

cio, gelamento da aplicação de
nada o governo de Maria de
ntasi **ntes das eleições** anunciava
e iria seguida, nomeadamente,
ume das pensões mínimas foi de
larez cretada em Dezembro de
ento mas viria a ser posto
o três es depois **em plena vigência**
«Al Num estudo publicado há
mana Avante!» fez já uma cuidada
a ma a, tornando claro a forma
tend ar a entender a uma das
ciais desprotegidas do nosso País
dos cionistas) que o referido
a da ria do Governo «AD».

nte c a base dos recursos do
ado, rojectou e executou uma
mai plo fôlego. A quatro meses
eleit de 5 de Outubro, o Governo
u a a ção de uma série de medidas
econ o com as quais visava obter
le de des faixas do eleitorado.
entre as alterações nos impostos,
o da as de crédito à compra de
ópri os rendeiros (crédito PAR),
das ões e do salário mínimo
ubsí de gasóleo e as entregas de
ns ca meses.
a an de cada uma daquelas
ela s re que **os resultados reais**
parti eventuais beneficiários
aquel o que foi propagandeado ou
mo q inexistentes. Mas, como
opag tica e de demagogia
ideo que a direita colheu alguns

la op ção consistiu em assegurar
ção d gumas dessas medidas
atingi um pequeno número de
exe o, devolver impostos mesmo
alg milhares de contribuintes
s ir as sob o ponto de vista dos
blic Não é difícil imaginar que tal
ena s uência aqueles que foram
e al e um benefício concreto
ra d uto, ou insuficiente, ou
ório mo igualmente cria uma
un outras camadas que admitem
ent a ser favoravelmente

trib ão de terras no Alentejo
evi e. Do quase meio milhão de
erra ubados às UCPs

e cooperativas da Reforma Agrária apenas uns escassos 10 mil hectares foram entregues a pequenos agricultores – muitos dos quais de pequenos agricultores só têm o nome. Paralelamente, latifúndios inteiros eram reconstituidos na mão dos grandes agrários; as entregas de terras em pequenas parcelas não é aliás acompanhada de qualquer garantia de que tais entregas sejam definitivas! Mas a realidade é que tal operação cria igualmente junto de muitos outros agricultores uma **expectativa** de que «também pode ser que me calhe qualquer coisa».

No caso dos créditos (nomeadamente, o do gasóleo e o do PAR) a situação é mais escandalosa, mas nem por isso se pode ignorar que deu certamente dividendos eleitorais.

• A política da cenoura...

É consabido que em nenhuma instituição bancária existiam ainda há pouco sequer os impressos para a concessão do crédito aos rendeiros para aquisição das terras que trabalhem por arrendamento. Sabe-se, por outro lado, que a estrutura do crédito PAR – dada a ausência de quaisquer medidas paralelas – irá ter como consequência um aumento generalizado do preço da terra que irá largamente beneficiar num futuro breve os grandes senhorios (a partir da altura que o rendeiro tem a possibilidade de recorrer a um crédito, é evidente que a tendência do vendedor será aumentar o preço de venda). Mas a verdade é que estamos perante outra **expectativa** que se criou junto de milhares de rendeiros de que **talvez** possam ser eles os beneficiados com a medida.

O **tratamento no tempo** da divulgação deste tipo de medidas desempenhou evidentemente um papel decisivo: adiando a sua aplicação para uma altura já muito próxima das eleições, o Governo «AD» atingiu dois objectivos simultâneos: primeiro, fazer incidir no próprio período eleitoral o impacto da medida; segundo, **dar a entender que a sua concretização dependia do continuar em funções**. «Só agora tomámos a medida (só tivémos nove meses...) portanto não é de admirar que ela ainda não se concretize: mas se nos elegerem, ela entrará na prática...».

É com toda a evidência a política de acenar com uma cenoura para obrigar a andar atrás dela sem jamais a atingir...

A mesma manobra se aplicou com o subsídio de gasóleo e o crédito para a compra de construção própria.

• Um aspecto de fundo: a comunicação social

É evidente, porém, que todo o este processo de demagogia militante, todo este escandaloso recurso ao aparelho de Estado para promoção partidária, todo este esforço de recurso a promessas e pressões não teria obtido os resultados que obteve se a «AD» não contasse com a manipulação dos mais poderosos órgãos de comunicação social – a rádio e a televisão.

O fenómeno de **expectativa** de que falámos está intimimamente ligado ao recurso aos meios de informação e os partidos da direita desencadearam uma ofensiva terrorista que lhes permitiu assegurar efectivamente o controlo dos que são mais eficazes e de maior divulgação.

A ampliação das medidas e a própria transformação de projectos existentes apenas no papel em realidades concretas deve-se em larguíssima medida às horas e horas de noticiários dedicados à actividade dos ministros, secretários e subsecretários de Estado, às inaugurações, ao anúncio de «medidas», às mesas-redondas de propaganda, às «comunicações» ministeriais, à própria publicidade comercial.

Atente-se por exemplo no caso do crédito PAR.

Como se disse, tal crédito existe exclusivamente no papel: nenhuma instituição bancária deu indicações, documentação e tudo o mais necessário para processamento de qualquer crédito. O próprio diploma que o instituiu contém contradições de datas e prazos que ainda não estão esclarecidas. Contudo, o Governo promoveu uma violenta campanha publicitária **com anúncios interrompendo um dos programas de maior audiência da RTP: a telenovela «Dona Xepa»»**! Mercê desta ofensiva publicitária, uma coisa que **não existe ainda** transformou-se numa **realidade** para milhares de rendeiros, condicionando evidentemente o seu estado de espírito e a sua disposição eleitoral.

A rádio e muito especialmente a televisão ampliaram e levaram junto das massas iniciativas de dimensão perfeitamente ridícula, asseguraram de facto o carácter demagógico de medidas governamentais da mais variada índole.

Ao fazer uma cobertura de minutos e minutos de tempo de programação a uma entrega de algumas dezenas de hectares de terra efectuada pelo Primeiro-Ministro, torna-se claro que a RTP assegurou o impacto de uma medida cujas reais características e significado foram cuidadosamente ocultados.

A centenas de quilómetros de uma inauguração ou de uma visita, um telespectador não tem evidentemente outra noção da significação e dimensão de um facto reportado na TV do que a própria reportagem televisa: é fácil transformar um rato numa montanha, é fácil através da repetição de notícias criar uma imagem de operatividade, de acção, que não há possibilidades de comprovar, que se torna difícil denunciar não dispondo de meios idênticos e que, por isso tudo, se transforma num **facto real** porque milhares de pessoas passaram a acreditar de facto na sua existência.

• O governo e os ministros

PARA além das medidas em si, a «AD» jogou a fundo na própria **imagem do poder** na sua campanha eleitoral.

As *tournées* eleitorais dos políticos aliancistas não foram feitas em base partidária, mas essencialmente na sua **qualidade de ministros** – violando aliás da forma mais descarada todos os preceitos legais e constitucionais, conforme claramente assinalou a Comissão Nacional de Eleições.

Nos próprios programas de televisão da «AD», Sá Carneiro, Freitas do Amaral e todos os restantes ministros apareceram sistematicamente não como dirigentes partidários mas como ministros.

É por demais evidente que em vastas zonas do País onde são ainda profundos os hábitos de dependência a um poder central autoritário e centralizador, esta imagem constitui simultaneamente uma **promessa** misturada com uma **ameaça**. Quando um ministro se desloca a uma aldeia enquanto tal não se trata de um qualquer cidadão politicamente empenhado que dialoga com as populações e lhes expõe pontos de vista ou propostas – é o próprio Poder que ali se encontra presente, acenando com propostas «autenticadas» pela situação de governante de que se escamoteia a precariedade.

A «AD» não teve – naturalmente! – qualquer rebuço em ressuscitar as mais abjectas práticas do fascismo, da obra de fachada ao inauguracionismo corta-fitas, tentando fazer reviver estados de espírito de dependência e subserviência que o 25 de Abril fortemente abalou mas que, em muitos locais, vivem ainda na prática quotidiana da cacicada reaccionária.

Note-se aliás que este «inauguracionalismo» eleitoralista que caracterizou a prática governamental nas últimas semanas se rodeou de desonestidades que nem por serem frequentemente ridículas deixaram de colher efeitos. Assinale-se sobretudo as «inaugurações» de obras, melhoramentos e mesmo projectos que só fortuitamente coincidiram com o Governo Carneiro-Amaral, uma vez que se trata de empreendimentos iniciados por outros governos e cuja concretização se prolongou naturalmente no tempo. A «AD» não desdenhou aureolar-se com os resultados de medidas de outros governos, tal como não hesitou sequer em encenar verdadeiras palhaçadas como as explosões com que pretendeu iniciar as obras de navegabilidade do Douro!

• Os que subestimaram o Poder

A operação eleitoralista e demagógica da «AD» a partir do aparelho de Estado e do domínio dos órgãos de comunicação estatizados surtiu manifestamente efeitos.

Não são evidentemente efeitos estáveis, a breve trecho milhares de portugueses enganados serão confrontados com a dura realidade que se vai suceder a promessas e manobras.

Mas uma lição há já que ser tirada. O PCP defende desde há largos meses a necessidade da demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral por considerar que era de há muito por demais evidente que o **Executivo «AD» não oferecia quaisquer garantias de isenção face ao acto eleitoral que se avizinhava.** A prática e as próprias características dos partidos da coligação governamental evidenciavam que o aparelho de Estado iria servir não apenas para manobras de condicionamento das liberdades como igualmente para o desencadear de operações eleitoralistas de consequências imprevisíveis.

Outras forças políticas não escutaram as propostas e advertências do PCP sobre este assunto. Muito concretamente o Partido Socialista recusou-se terminantemente a encarar com o PCP medidas com vista a impedir que o Governo Carneiro/Amaral chegasse às eleições em condições de utilizar o aparelho de Estado em benefício eleitoral próprio.

Fez carreira a ideia de que «era melhor» que o Executivo se «desgastasse» no governo! O PS esqueceu-se de que o exercício do poder «desgasta» quando os seus resultados atingem fortemente a população (como foi o caso exactamente da política de direita seguida pelos governos socialistas). Ignorou também que num curto período de nove meses e para forças estruturalmente antidemocráticas, que sem pruridos de qualquer espécie arredam normas de funcionamento e comportamento democrático e se afastam do próprio cumprimento das leis, a manipulação do aparelho de Estado proporciona meios de coacção e ludíbrio de dimensões e consequências imprevisíveis.

E isto considerando ainda que o próprio PS pela sua acção governativa em 77 e 78 abrira não poucas portas – muito especialmente na comunicação social estatizada – ao domínio da reacção e às suas possibilidades de manobra...

Subestimar a importância do poder é um erro que em política se paga sempre muito caro.

• A demagogia não consolida

AVOLUMA-SE, por conseguinte, a conclusão de que, não sendo o único elemento que contribuiu para a vitória da «AD» nas últimas eleições, é de grandíssima importância o papel que desempenhou.

Recorde-se um aforismo célebre: pode enganar-se muitas pessoas durante algum tempo, pode enganar-se uma pessoa durante muito tempo – não se podem enganar muitas pessoas durante muito tempo!

Há contudo, de uma vez por todas, que não menosprezar o papel decisivo da manipulação dos meios de Comunicação Social, convém fixar a importância da utilização demagógica e coerciva do aparelho de Estado.

Convém também reter que o próprio recurso à demagogia e à violência são índices claros da ausência de um apoio estável, de uma base social de apoio coerentemente coesa na base de uma política.

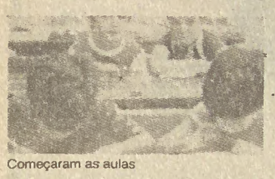
Para desfazer a mentira não basta porém verificar que é uma mentira. Há que trabalhar.

Disso, sabemos nós.

Semana

1
Quarta-feira

1979 – Entra em vigor o Estatuto do Jornalista.


Começaram as aulas

Enquanto decorrem em todo o país sessões e comícios da APU preparando o encerramento da campanha eleitoral, uma caravana da "AD" provoca em Campo Maior confrontações, ferindo nove pessoas. ■ A Polícia Judiciária prende mais dois indivíduos implicados numa rede de traficantes de droga, apreendendo heroína. Estas duas prisões vêm na sequência da detenção de outros elementos, entre os quais dois investigadores do CICD, organismo integrado na Presidência do Conselho. ■ Começam as aulas do Ensino Primário em todo o país, calculando-se que o número de crianças que volta às aulas ou as frequenta pela primeira vez soma 826 128. ■ O MAP, desrespeitando uma decisão do Tribunal de Mora, força a entrega da herdade da Barroca, ameaçando lançar no desemprego cerca de 60 trabalhadores. ■ Os estaleiros navais de Viana do Castelo assinam um contrato para a construção de três navios de carga para a União Soviética, ascendendo a encomenda a cerca de 440 mil contos.

2
Quinta-feira

1826 – O Governo de Lisboa, no seguimento de pressões britânicas, compromete-se a abolir o tráfico de escravos.

Chega a Lisboa o cargueiro "Lima", navio vindo dos Açores que afrontou no mar violento temporal, durante o qual cento e três cabeças de gado bovino morreram, atiradas ao mar, tendo à chegada morrido mais sete. ■ Os trabalhadores da RTP, reunidos em Assembleia Geral, mandatam os sindicatos que os representam para decretarem greve de 24 horas, caso não sejam asseguradas condições para a realização de uma assembleia geral de trabalhadores, com a participação de todos os profissionais dos vários emissores do país. ■ Os trabalhadores afectos ao sindicato paralelo dos ferroviários iniciam greve de revisão de bilhetes nos comboios. ■ O Gabinete da Area de Sines rescinde, com a empresa italiana "Contotte D'Acqua", o contrato para a construção do Porto de Sines. ■ Os trabalhadores das indústrias alimentares do Norte decidem em Plenário realizado no Porto, iniciar uma greve de oito dias, não simultânea, ficando a depender do critério dos trabalhadores de cada empresa o dia e horas da paralisação.

3
Sexta-feira

1978 – Começa no Estoril o XXIII Congresso Nacional dos Bombeiros Portugueses

Jornalista agredido

O jornalista Luís Humberto Marcos é agredido no comício da "AD" realizado no Estádio das Antas, no Porto, no encerramento da campanha eleitoral, marcada pela violência da direita e por destruições na cidade. ■ O encerramento da campanha é caracterizado em Lisboa por uma grande concentração e comício da APU no Rossio, em Lisboa, durante o qual fala o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. A FRS, por seu lado, fecha a campanha em Coimbra. ■ A Polícia Judiciária procede à detenção de mais três implicados no tráfico de heroína, elevando-se a nove o número de indivíduos já envolvidos no caso. ■ O jornal "o diário" apresenta nova queixa-crime contra os irmãos Sá Carneiro, "por burlas praticadas por ambos no período de especulação bolsista". ■ Um locutor da RDP, um dos subchefes de redacção, demite-se PSD, alegando em carta a Sá Carneiro que o partido em que se inscreveu em 1974 se integrou numa aliança com dinâmica de direita. ■ Um militante do PSD da Madeira dispara contra um militante da APU quando este procedia a uma colagem, ferindo-o com quatro tiros.

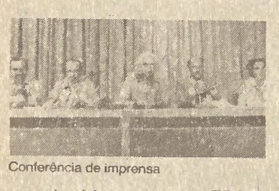
4
Sábado

1935 – Morre Reinaldo Ferreira, jornalista, o célebre "Repórter X".

O Presidente da República dirige através da televisão, uma mensagem ao país, na véspera do acto eleitoral, apelando ao voto e sublinhando que não há em Portugal alternativa para a democracia. ■ Demitem-se em bloco os componentes da equipa de noticiário sobre as eleições, e o seu coordenador, Sena Santos, que considera não ter condições de trabalho. A CA da RDP substitui-os por elementos da sua confiança, para a cobertura nas instalações da Fundação Gulbenkian. ■ Encerra, com uma sessão solene na Aula Magna da Reitoria da Universidade, em Lisboa, o Congresso Internacional sobre Aprendizagem e Desenvolvimento. A situação do ensino em Portugal foi objecto de uma intervenção de António Teodoro, presidente da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. ■ A RTP promove hoje, véspera das eleições, uma mesa-redonda com a participação de três jornalistas afectos à "AD" e um outro, considerado próxima da FRS, continuando a política de afastamento da voz da Aliança Povo Unido dos seus *écrans*.

5
Domingo

1910 – É derrubado o regime monárquico e instaurado a República em Portugal.


Conferência de imprensa

Em todo o país, entre as 8 horas e as 19, milhões de eleitores portugueses depositam o seu voto para a eleição de nova Assembleia da República. Os primeiros resultados apurados ao fim da noite revelam um reforço da maioria parlamentar reaccionária, enquanto a FRS mantém o número de deputados do PS. A APU elege quarenta e um deputados e mantém a sua votação acima de um milhão de votos. A UDP conserva o seu único deputado. ■ Registam-se em muitas regiões do país graves irregularidades durante o acto eleitoral. ■ O conselheiro da Revolução tenente-coronel Vítor Alves afirma que, na sua opinião, o Governo se deve demitir, mesmo no caso da vitória da "AD". Na conferência de Imprensa realizada na Gulbenkian, filmada pela RTP e não transmitida, o camarada Álvaro Cunhal exprimiu confiança de que Portugal continuará a viver em regime democrático.

6
Segunda-feira

1978 – Realiza-se no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, um comício de Amizade PCP/PCI, com a participação do camarada Enrico Berlinguer.

Duas agências bancárias são assaltadas na Malveira, por numeroso bando de indivíduos que lançam sobre o quartel da GNR uma granada. Dois dos assaltantes morrem durante a fuga e matam um cliente do banco, ferindo três outras pessoas. ■ Os Padeiros do Norte paralisam, no seguimento da decisão de greve convocada pelo Sindicato das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte. ■ Arruaceiros procuram, no Porto, criar ambiente de desestabilização na cidade, provocando graves confrontações, tendo-se registado trocas de tiros entre autoridades policiais e alguns indivíduos. Adeptos da "AD" destruíram propaganda e bancas de partidos democráticos, sitiando e apedrejando sedes do PCP. ■ O Conselho de Ministros divulga comunicado no qual se recusa a apresentar ao Presidente da República a sua demissão.

7
Terça-feira

1945 – É criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que encabeça a luta unitária de toda a oposição ao regime salazarista no plano legal.

O jornalista António Ramos é nomeado assessor da Casa Civil do Presidente da República, preenchendo a vaga deixada pela exoneração, a seu pedido, de Silva Costa. ■ Freitas do Amaral parte para uma viagem ao Luxemburgo e aos Estados Unidos, esperando prosseguir contactos para a integração de Portugal na CEE e participar na Assembleia Geral da ONU. ■ Mota Amaral, Presidente do Governo Regional dos Açores, em contradição com a atitude de Sá Carneiro, apresenta ao Ministro da República, a sua demissão, na sequência das eleições para a Assembleia Regional, na qual o PSD conquista mais três deputados, reforçando a maioria de que já dispunha.

Em favor de quem?

RN, EDP, EPAL, curtumes...

O assalto "AD" aos dinheiros do Estado

Como aconteceu com outras grandes empresas nacionalizadas, incluindo a lista publicada no «Diário da República» de 26 de Setembro, que «podem ser alienadas por troca com direitos de indemnizações», a Rodoviária Nacional, segundo a Federação dos Sindicatos dos Transportes, encontra-se sob a ameaça governamental de desmembramento «para entregar as partes mais rentáveis aos antigos patrões».

Num despacho conjunto dos secretários de Estado do Tesouro e dos Transportes, publicado pouco antes das eleições, o Governo «não reconhece à empresa o direito de receber» cerca de 670 mil contos de compensações referentes ao ano passado e reduz para 415 mil contos o pedido de um milhão e meio de contos, tentando criar à empresa nacionalizada dificuldades financeiras insuperáveis, impedindo o seu desenvolvimento e modernização de modo a prestar condignamente o serviço público que lhe compete.

A Federação sindical do sector afirma que as compensações («indemnizações compensatórias») se justificam inteiramente (em 1979, a RN recebeu nesse âmbito mais de 1 milhão de contos) porque a empresa nacionalizada, como se sabe, é obrigada pelo próprio Governo a prestar os seus serviços a preços sociais que são, como também é sabido, muito inferiores aos custos desses mesmos serviços, agravados pelo aumento dos preços de vários produtos com relevo para o gasóleo.

Com a redução da verba para o ano corrente e com a recusa do pagamento de parte das compensações do ano findo, o Governo «AD» rouba à Rodoviária Nacional mais de 1 milhão e 753 mil contos – revela a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos – para poder denegrir, como já tem feito, aos olhos da população, uma empresa que quer devolver ao grande patronato.

PCP protesta contra reprivatizações

Entretanto, através de uma nota da SIP, o PCP acusa o Governo «AD» de **escândalosa delapidação e esbanjamento do património e recursos públicos em exclusivo favor dos ex-monopolistas que sustentaram o fascismo e são hoje claros inimigos da democracia portuguesa.** A nota refere-se à resolução n.º 233, de 26 de Setembro findo, que insere a referida lista de empresas susceptíveis de receber capital privado incluindo sectores constitucionalmente vedados a esse capital, «como é o caso do vasto conjunto de empresas do sector cimenteiro e empresas do sector do papel».

Com o pretexto hipócrita de pagamento das indemnizações, o Governo dos ex-monopolistas e grandes agrários não faz mais do que pensar na forma de ajudar os grandes capitalistas a reconstituir o seu antigo poder económico, acrescenta a nota da SIP. Frisando que «os titulares das pequenas poupanças também são vítimas, ao fim e ao cabo, da avidez do grande capital», a nota sublinha que «como tem sido repetidamente afirmado, o PCP não está, por princípio, contra o pagamento de indemnizações. O PCP sempre se tem manifestado, sim, é contra a utilização de meios do erário público a favor exactamente dos que menos legitimidade possuem para os reivindicar, dos que são os grandes e principais responsáveis pelo passado de atraso, repressão e exploração ao qual os portugueses não querem voltar».

Grandes prejuízos nos curtumes

Um Governo que saneia os gestores da EPAL para lá meter de novo os Queirós Pereira, numa negociata para extorquir milhares de contos ao Estado através do desmembramento da grande empresa nacionalizada, um Governo que recusa a tomada de posse aos gestores eleitos pelos trabalhadores para essas mesmas empresas, incluindo a Banca, um Governo que tenta fazer a «partilha» da EDP (Electricidade de Portugal) para entregar a fatia mais rentável ao grande capital, que deixa degradar a CP, levando continuamente os trabalhadores à luta, deixa perder ao mesmo tempo centenas de milhares de contos de couros privilegiando a importação dessa matéria prima em desfavor e grande prejuízo da população interna.

Comerciantes de curtumes, designadamente do Norte (Marco de Canavezes, Guimarães, Gaia e Oliveira de Azeméis) manifestam a sua preocupação perante «stocks» em risco de apodrecer enquanto o Governo «AD» autoriza a importação do produto da Inglaterra, Canadá, França, Espanha e Holanda.

Centenas de milhares de contos estão em risco, se continuar essa política que faz lembrar mais uma vez o que aconteceria a tantos pequenos comerciantes e produtores portugueses se Portugal entrasse no Mercado Comum.

Enquanto se prestam todos os favores ao grande capital financeiro, que foi a trave mestra do regime fascista, delapidam-se os dinheiros públicos e não se protege antes se ataca diariamente a pequena produção e o pequeno comércio em Portugal.

É essa a política da «AD», uma das facetas mais graves da coligação reaccionária que continua no Governo para mal do País.

Unidade e Luta

Estímulo e forte apoio nas comemorações da CGTP-IN

A CGTP-IN, enquanto prosseguem as comemorações do décimo aniversário da sua fundação, continua a receber apoio e estímulo, nomeadamente para o reforço da unidade e para à eficácia nas lutas que se avizinham. Ao intervir, naquelas comemorações no Porto, Armando Teixeira da Silva, membro da Comissão Executiva e do Secretariado Nacional da CGTP-IN, eleito como deputado pelas listas da APU, aludiu, sob fortes aplausos, à luta económica e social, que a grande Central unitária nunca desligou da "luta pelas liberdades políticas e pela democratização do Estado".

Como sucedeu em todo o lado, a tónica das comemorações continua a incidir na unidade, com repúdio geral e fundamentado pelos promotores do divisionismo.

António Mota, agora também eleito deputado pela APU, dirigente sindical dos metalúrgicos do Porto que participou na fundação da Intersindical em 1970, recordou o papel desempenhado pela unidade nos tempos duros do fascismo e apelou à consciência de todos os trabalhadores para que essa unidade assente nos interesses reais de quem trabalha, pois "é na unidade sindical que se ajuda a construir a democracia e a defender as conquistas de Abril".

● Saudação do MDM

O Movimento Democrático das Mulheres (MDM), saudando por seu turno a CGTP-IN, sublinha a luta das mulheres trabalhadoras nos respectivos departamentos sindicais, designadamente contra as discriminações no trabalho.

Confiante, o MDM reafirma a certeza do rumo democrático que "o milhão e meio de trabalhadores que a CGTP-IN representa continuará a pronunciar-se pela garantia de melhores condições de vida dos trabalhadores, pelas leis progressistas do 25 de Abril, pela liberdade e autonomia das associações sindicais na defesa contínua de um trabalho mais consciente e fecundo num Portugal democrático e livre".

As mulheres trabalhadoras, que sentem diariamente a diminuição do poder de compra, têm todas as razões para apoiar a luta sindical e para nela participarem activamente, pois, ao contrário do que o Governo afirma, **em Julho e Agosto de 1980, as remunerações contratuais continuaram a não acompanhar o aumento do custo de vida calculado,** como salienta a CGTP-IN, **pelo Instituto Nacional de Estatística, o que determina uma quebra no poder de compra dos salários.**

● Preços sobem mais do que os salários

De Janeiro a Agosto de 1980, acrescenta a CGTP-IN, "os quase 600 mil trabalhadores abrangidos por revisões salariais viram piorar as suas condições de vida (nos 8 meses referidos a quebra do poder de compra é calculada em 4,1 por cento) o que vem demonstrar mais uma vez a demagogia do Governo e da 'AD' que, baldadamente, procuram contrariar a verdade dos factos: são os preços que sobem mais do que os salários e não o contrário."

Para um período de 12 meses, "os salários contratuais subiram 18,1 por cento em Julho e 15,4 por cento em Agosto". Entretanto, nos mesmos dois meses, "os preços subiram respectivamente 21 por cento e 20,4 por cento".

De recordar é ainda o facto de que "já nos primeiros 6 meses do Governo 'AD' se tinha verificado uma quebra do poder de compra de 6,2 por cento no primeiro trimestre e de 3,9 por cento no segundo".

Por mais esta razão, que os números oficiais confirmam, há que intensificar a luta pela unidade sindical, que não é apenas um princípio abstracto, mas uma realidade a necessitar de reforço constante em todo o lado onde haja uma reivindicação justa a defender, um posto de trabalho a salvaguardar, um salário a garantir, um poder de compra a proteger, um contrato a negociar perante um Governo que promete fazer pagar por alto preço a sua demagogia e a maioria que obteve na Assembleia da República contra os interesses reais das classes trabalhadoras e do Povo português.

Segundo inquérito da Central para que serve a "Inspecção do Trabalho/AD"

«No primeiro trimestre do ano em curso, os serviços externos da Inspecção do Trabalho (IT) apenas actuaram numa percentagem de 28,3 por cento (299 casos) do total de solicitações de sindicatos (1075)». Ao denunciar, em comunicado recente, que aquele organismo integrado na estrutura do Ministério do Trabalho **não garante a realização dos direitos dos trabalhadores**, a CGTP-IN, com base num inquérito que promove, «abrangendo os principais sectores de actividade e representando mais de 400 mil trabalhadores» (só no que se refere àquele período de três meses) conclui que a IT «actuando isoladamente, desligada dos principais interessados (trabalhadores e seus órgãos de classe), desmotivada em muitas das suas acções, recusando-se a lançar mão de mecanismos e meios legais previstos na sua própria lei orgânica, sem uma direcção colectiva, dinâmica, funcional e eficaz, é fortemente condicionada pela política global do Governo «AD».

No total já referido de 1075 pedidos de intervenção por parte de sindicatos, **a IT, em 90 por cento desses pedidos recusou sistematicamente o acompanhamento dos representantes sindicais nas visitas que fez (ou não fez) às empresas e locais de trabalho onde havia conflitos a resolver.**

«A IT – lembra a CGTP-IN – é solicitada pelos sindicatos a actuar em inúmeros casos de violação das disposições legais e contratuais, no âmbito das empresas». **Essencialmente, o impulso para a acção daquela estrutura do Ministério do Trabalho decorre da iniciativa do Movimento Sindical.**

Outra coisa não se podia esperar de um Ministério dito do Trabalho, que tentou congelar e bloqueou a contratação colectiva, que tudo fez (sem êxito, note-se) para fixar administrativamente em 18 por cento um novo tecto salarial; que facilita, estimula e promove a pulverização sindical; que autorizou despedimentos colectivos atingindo largas centenas de trabalhadores com relevo para a multinacional ITT (Standard Eléctrica); que desrespeitou decisões dos tribunais; que autorizou a repressão e até, em alguns casos, um clima de terror policial em empresas e outros locais de trabalho.

Outra coisa não será de esperar do «novo» Governo «AD».

Mas, antes de tudo, como sublinha a CGTP-IN, **o que está em causa é o princípio de autonomia e independência da IT que, consagrado em normas jurídicas de âmbito internacional, vinculam o Governo português, seja ele qual for. Ora, o Governo «AD» desrespeita sistematicamente esse princípio, colocando a Inspecção do Trabalho ao serviço dos interesses do patronato, frontalmente contrários aos interesses dos trabalhadores.**

Também aqui, o Movimento Sindical, todos os sindicatos em unidade têm de lutar (e lutam) por direitos que não podem ficar nas mãos da coligação «AD», porque são direitos e regalias legais, consagradas internacionalmente e pela Constituição em Portugal.

A IT é obrigada a actuar (e as participações que recebe têm na sua maioria relevância económica e social) sempre que estejam em causa questões salariais como não pagamento dos mínimos legais e contratuais), enquadramentos profissionais, despedimentos, quadros de pessoal e outros casos de conflito em empresas e outros locais de trabalho.

Mas, no primeiro trimestre de 1980, **a intervenção da IT só resolveu eficazmente 8,2 por cento do total do número de pedidos mencionados no inquérito da CGTP-IN (1075), o que corresponde a 28,6 por cento dos casos em que teve acção directa.**

É pouco, mas revelador da «acção directa» do Governo «AD».

A demagogia da "AD" e o início do novo ano escolar

Os responsáveis do MEC querem fazer das escolas e dos professores bodes expiatórios do seu desleixo

O ensino, e em particular a questão da abertura do novo ano escolar, foi sem dúvida um dos sectores em que a demagogia eleiçoeira do Governo «AD» apostou em força. Compreende-se, aliás, o alcance das manobras do departamento chefiado pelo sr. Vítor Crespo: nos diversos graus de ensino existem mais de um milhão de alunos, cujos problemas tocam de perto os seus familiares. Assim, não é exagero dizer-se que de forma mais ou menos directa os problemas escolares afectam quase todos os portugueses.

A abertura das aulas foi, pois, encarada como uma autêntica manobra política de primeiro plano no conjunto da propaganda eleitoralista da «AD». Entrevistas de responsáveis do MEC, decretos, e documentos do Ministério divulgados pouco antes das eleições deixaram transparecer muito claramente tal preocupação.

Afirmava o sr. Roberto da Luz Carneiro, a dado passo de uma entrevista concedida na última quinta-feira a um semanário direitista: **«É caso para assinalar ser este o primeiro Governo desde 1974 a antecipar a abertura das escolas e não adiá-la!».**

Só que o sr. Roberto Carneiro não explicou como é que o MEC consegue esse «fenómeno». Ou melhor: o sr. secretário de Estado não foi honesto e não disse que o que interessava era anunciar à opinião pública a abertura do ano escolar em Outubro e quanto mais junto ao período eleitoral, melhor!

O MEC não quis saber dos condicionalismos das escolas, dos problemas ainda não resolvidos (por sua culpa!), dos obstáculos levantados pelas suas recentes orientações ao funcionamento das unidades escolares.

Anunciar a abertura mesmo que **forçadamente** do novo ano lectivo era o objectivo essencial. Vejamos, então, as consequências da manobra.

No Ensino Primário

A antecipação precipitada da idade mínima para a matrícula (agora 5 anos e 9 meses), o que motivou a entrada de mais 4 mil crianças, as alterações aos programas e os problemas das escolas quanto à organização de horários, nomeadamente o aumento de alunos por turma (nalguns casos atinge os 50...) e o regime duplo e triplo de funcionamento dos estabelecimentos escolares, na esmagadora maioria dos casos caracterizados por deficiências impressionantes — pois bem, nada disto foi tido em consideração pelo MEC. Enquanto os professores se esforçavam por planificar, o melhor possível o ano lectivo, dentro dos condicionalismos impostos às escolas, o titular do Ministério ordenava a antecipação da abertura das aulas no Ensino Primário para 22 de Setembro... O MEC denominou esta antecipação como «integração escolar». Resultado obtido: fracasso e atrasos consideráveis no trabalho de preparação e planificação que estava a ser executado pelos professores (os que conseguiram colocação, já que muitos continuam no desemprego enquanto o País assinala a falta de pelo menos 15 mil novas salas de aula) entre 22 de Setembro e 1 de Outubro, sendo esta a data em que se esperava realmente o começo das aulas.

Ainda recentemente, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) afirmava em comunicado divulgado aos órgãos de Comunicação Social: **«Dada a incapacidade do MEC em actuar como lhe competia, verifica-se de facto que aumentaram os regimes triplos (situação em que as crianças só têm 17,5 horas lectivas semanais) e alargou-se de forma profundamente antipedagógica a relação professor-aluno».**

No mesmo documento, o SPGL traça uma breve mas significativa panorâmica dos erros e incompreensões do MEC em relação ao funcionamento do Ensino Primário. Vejamos alguns. Embora de início fossem só anunciadas alterações na área de Meio Físico e Social, todas as outras áreas, ao contrário do que o MEC anteriormente dissera, acabaram por sofrer alterações nos seus programas, que só à última da hora foram divulgadas às escolas. Por outro lado, foram um fracasso absoluto as acções de formação e de reciclagem destinadas aos professores, uma iniciativa do Ministério que decorreu entre 15 e 19 de Setembro. Um último aspecto (por agora): quando o MEC se apercebeu que as consequências da marcação do início do ano lectivo para 22 de Setembro seriam ainda mais graves do que as previstas, **«procurou-se então em alguns meios especular com o facto de o disposto legalmente não estar a ser cumprido»**, alerta o SPGL, que sublinha:

«Os professores, no entanto, entenderam já que toda a desorientação deste início de ano lectivo resulta da incapacidade do MEC e como tal, na generalidade, aproveitaram o período de 22 de Setembro a 1 de Outubro para prepararem melhor o seu trabalho. Certamente que esta opção foi correcta e visa defender a qualidade de ensino mesmo se, em alguns casos, houve que dispensar a presença de algumas crianças que compareceram nas escolas».

No Ensino Preparatório e Secundário

Apesar de estar ao corrente dos problemas relacionados com a formação em exercício dos docentes, com a realização da 3.ª fase de colocações (o chamado «mini-concurso») entre 7 e 10 de Outubro e com a indefinição quanto ao 12.º ano (o antigo Propedêutico), o Ministério da Educação não hesitou em apregoar a abertura do ano lectivo nas escolas preparatórias e secundárias para 7 de Outubro.

O MEC controlado pela «AD» queria enfiar à força pelos olhos dos eleitores a ideia que, afinal, era um Ministério com gente tão competente, lúcida e activa que finalmente o ano lectivo para os estudantes do Preparatório e Secundário ia mesmo começar a horas e os pais podiam ficar mais descansados quanto ao futuro escolar dos seus filhos. Que maravilha...

Tal como em relação ao Ensino Primário, o MEC insistia na demagogia. É caso para perguntar aos senhores da «AD» que têm os seus lugares no Ministério da Educação se a caça ao voto não poderia ter sido menos vergonhosa, menos mentirosa, menos provocatória até. De facto, o sr. Vítor Crespo e companhia ao anunciar a abertura das aulas para dia 7 estava ou a fingir que não conhece os problemas do sistema educativo ou então esta-va a brincar com os professores, os alunos e todos os que de uma forma ou outra se encontram ligados ao ensino no nosso País.

Como seria possível abrir as escolas no dia 7 quando, por exemplo:

1. ainda não se chegou a um acordo global quanto ao mecanismo do novo modelo de profissionalização — a chamada formação em exercício, assunto intimamente relacionado com a actividade docente, a esquematização dos horários e o funcionamento geral das unidades escolares;

2. só **amanhã,** dia 10, termina o prazo para a entrega de candidaturas ao abrigo da 3.ª fase de colocações, após a qual há ainda necessidade de integrar os professores nas escolas com vagas;

3. o arranque do 12.º ano (ex-Propedêutico) está a motivar problemas importantes nalgumas escolas secundárias.

Como sublinha a moção aprovada no início da passada semana numa reunião entre Conselhos Directivos e representantes de Conselhos Pedagógicos de algumas dezenas de escolas da região de Lisboa, «o actual Governo, à acção competente, eficaz e norteada pelo objectivo da elevação da qualidade e da democratização do ensino, prefere a demagogia, a notícia menos verdadeira, o fazer das escolas e dos professores bodes expiatórios do desleixo do Ministério da Educação».

Semana

1 **Quarta-feira**

1965 – Golpe militar fascista na Indonésia, a que se segue feroz massacre antitiocomunista que provoca meio milhão de vítimas.

O governo iraniano, encorajado pela sua recuperação militar dos últimos dias, anuncia que garantirá a segurança de navegação no Estreito de Ormuz e que só deixará de combater quando não houver tropas iraquianas no seu território; os EUA contactam, entretanto, com o governo australiano para a formação de uma força naval «internacional» a enviar para a zona do Estreito de Ormuz ■ O Partido Trabalhista, na oposição, aprova, por grande maioria, a decisão de que uma das principais prioridades dum futuro governo trabalhista será retirar a Grã-Bretanha da CEE ■ Durante uma manifestação realizada em Munique, na RFA, convocada pela Associação das Vítimas do Regime Nazi, o presidente desta organização, Alfred Haag, denuncia que o anticomunismo como «religião de Estado» alemão federal foi uma das causas que contribuiu para o massacre de Munique, onde um atentado nazi provocou 14 mortos e 211 feridos na «Festa da Cerveja», anualmente realizada nesta cidade ■ A Comissão Nacional Preparatória do primeiro congresso extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho reúne-se, sob a presidência de Lúcio Lara, membro do Bureau Político.

2 **Quinta-feira**

1958 – A Guiné-Conakri declara a sua independência, à revelia da potência colonizadora, a França.

Em declaração publicada em São Salvador, a direcção da Frente Democrática revolucionária de El Salvador acusa a Junta Militar do país de estar a utilizar armas químicas nas operações «punitivas» contra as massas populares ■ O presidente da RP de Angola, José Eduardo dos Santos, chega à cidade da Beira, onde era aguardado pelo presidente moçambicano Samora Machel, para um encontro no âmbito das consultas regulares entre os governos angolano e moçambicano ■ O presidente da Democracia-Cristã italiana, Arnaldo Forlani, indigitado primeiro-ministro, anuncia que irá constituir uma coligação alargada para sustentar o novo governo italiano; entretanto a empresa da indústria automóvel «FIAT» encontra-se completamente paralisada devido ao bloqueio decretado pelo sinicato dos metalúrgicos como protesto contra os «despedimentos temporários» de 14 000 operários ■ O Exército iraquiano já está a utilizar reservistas no ponto crucial dos seus combates com o Irão enquanto segundo notícias de Bagdad, o Irão ordena a mobilização geral na província do Kuzistão; a guerra continua e as consequências já são devastadoras para ambos os países.

3 **Sexta-feira**

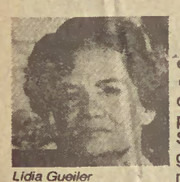
1930 – A Itália fascista invade a Etiópia.

Suarez interroga-se...

O Estado-Maior do Exército argentino confirma a nomeação do general Viola, na reserva, para o cargo de presidente do país, para o período 1981-84, substituindo o general Videla ■ São assassinadas quatro pessoas no País Basco, enquanto em Madrid o presidente do governo autónomo, Carlos Garaicoecha, debate com o rei Juan Carlos e o primeiro-ministro Adolfo Suarez a forma de acelerar a aplicação do estatuto de autonomia ■ Os trabalhistas britânicos concluem o seu congresso anual, que foi marcado por uma «viragem à esquerda» devido às promessas de comprometer a Grã-Bretanha na defesa do desarmamento nuclear unilateral, banir do país e de outras nações os mísseis norte-americanos, abolir o ensino privado e sair da CEE ■ Quando decorre o 12.º dia de guerra irano-iraquiana, o governo do Irão dá ordens às suas Forças Armadas para contra-atacarem ao longo das quatro frentes-chave do conflito ■ O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, defende durante um debate eleitoral na televisão, a continuação do diálogo com a União Soviéica, acentuando que o equilíbrio militar na Europa é condição prévia para o desanuviamento geral; entretanto as autoridades policiais da RFA anunciam que confiscaram armas, produtos químicos e propaganda durante uma rusga a um esconderijo nazi perto da fronteira com a Dinamarca ■ Explode em Paris uma bomba de grande potência em frente a uma sinagoga, num atentado nazi (o sexto numa semana) contra uma instituição judaica e que vitimou quatro pessoas e feriu pelo menos mais doze.

4 **Sábado**

1959 – A nave soviética «Luna-III» tira as primeiras fotografias da face oculta da Lua.



Lídia Gueiler

O ministro nos NE do Vietnam, Nguyem Cothach, anuncia que o seu país e a República Popular do Kamputchea já entregaram à Tailândia uma proposta conjunta de três pontos, com vista à paz entre os três países ■ O primeiro-ministro espanhol Adolfo Suarez, confessando ser intenção do seu governo integrar a Espanha na NATO, afirma não existir qualquer data fixada para tal ocorrência, que precisará ser «debatida a fundo» no Parlamento ■ As tropas iraquianas sofrem pesadas baixas numa batalha pelo controlo do porto iraniano de Khoramsahr ■ Lídia Gueiler, ex-presidente constitucional da Bolívia, abandona o país após 77 dias de asilo na nunciatura apostólica do Vaticano em La Paz ■ Demite-se o governo democrata-cristão da Bélgica.

5 **Domingo**

1967 – Entra em serviço na União Soviética o gazoduto transcontinental Ásia Central-Centro, de 2750 km.

Expulso de França

A coligação governamental de Helmut Schmit, da RFA, obtém a vitória nas eleições federais realizadas no país, derrotando flagrantemente a coligação reaccionária chefiada por Joseph Strauss ■ Um avião iraquiano bombardeia uma área escassamente povoada nas traseiras do aeroporto internacional de Teerão ■ O rei Balduino pede ao primeiro-ministro demissionário do governo belga, Wildried Martens, que se demitira da chefia do governo de base democrata-cristã por dificuldades entre partidos que integram a coligação, um «último esforço» para limar as «dificuldades surgidas no governo» ■ É noticiado na imprensa que Simon Malley, director da revista «Afrique-Asie», foi expulso na passada sexta-feira de França, após ter sido detido pela polícia, sendo metido à força num avião com destino aos EUA acusado de «prejudicar» os interesses franceses na África.

6 **Segunda-feira**

1973 – Tropas egípcias cruzam o canal do Suez. Começa a quarta guerra israelo-árabe.

O presidente da Nigéria, Shehu Shagari, denuncia na ONU que a actual crise económica mundial se está a traduzir numa pilhagem desenfreada da África ■ A guerra no Irão e no Iraque agrava-se em todas as frentes, no mar e no ar, após ter falhado por completo um cessar-fogo unilateralmente anunciado pelo Iraque ■ O CC do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) decide dar início aos preparativos para um Congresso Extraordinário.

7 **Terça-feira**

1928 – É fundado o partido Comunista Peruano.

Por entre sinais de impopularidade e desagregação nas suas próprias fileiras, começa em Londres o congresso anual do partido Conservador britânico, chefiado pelo primeiro-ministro Margaret Thatcher ■ Realiza-se pela primeira vez desde há cinco anos uma manifestação unitária do conjunto dos partidos, sindicatos e organizações de esquerda francesa, para protestar contra os atentados neonazis verificados no país e denunciar as cumplicidades com que conta a extrema-direita no interior do aparelho de Estado.

O conflito Iraque-Irão, uma guerra que só serve o imperialismo

A guerra prossegue – e agrava-se – entre o Iraque e o Irão. Cinde-se o movimento dos países árabes unidos contra a política de Israel. Na Jordânia, o primeiro-ministro ordenou a mobilização de todos os veículos de transporte do país para ajudarem ao carregamento de alimentos e abastecimentos para o exército iraquiano, decisão que se sucede ao "empréstimo" de bases da Força Aérea. Os Estados Unidos, que afirmam a sua "neutralidade" no conflito, anunciaram entretanto o envio de quatro aviões equipados com radar para a Arábia Saudita, a fim de ajudarem a "defender" os campos de petróleo do Golfo Pérsico. O Egipto, a Arábia Saudita, a Jordânia, Marrocos, o Koweit, o Yémen do Norte, a Mauritânia, apoiam formalmente o Iraque.

No Pentágono, é clara a disposição de intervir, mesmo que não directamente, neste foco de tensão. Os EUA mantêm na zona uma numerosa esquadra naval. De acordo com informações da imprensa ocidental, dois grandes navios de guerra norte-americanos já se encontram no Golfo Pérsico, e aproximam-se outros 29. Uma parte significativa do "Corpo de Intervenção Rápida", foi colocada em estado de intervenção. O "Washington Post" informa que a Casa Branca enviou ao Pentágono uma "directiva secreta para a elaboração de uma variante de utilização de armas nucleares na região instável do Médio Oriente". De acordo com o "New York Times", os EUA estão a escolher entre uma intervenção directa no conflito e a possibilidade de organizar uma intervenção internacional, "justificada" por a exportação de petróleo pelos países do Golfo Pérsico poder vir a ficar totalmente comprometida. Não é por acaso que a imprensa norte-americana repisa a eventualidade de um bloqueio iraniano ao estreito de Ormuz, o que significaria um corte no fornecimento de petróleo a numerosos países.

O que se passa no Médio Oriente não é um simples problema fronteiriço entre dois países. É de facto o aproveitamento de tendências expansionistas do Iraque, o aproveitamento de uma campanha que de há muito se arrasta e que consiste em deformar a política externa iraniana, identificando-a a um "expansionismo" revolucionário. Tudo isto com objectivos muito definidos: a cisão dos países árabes, num momento em que é patente o fracasso total da política definida em Camp David e se estreitava a unidade árabe em torno da questão de Israel; o derrubamento do actual regime iraniano, incómodo para o imperialismo; a destruição da OPEP nas vésperas de uma importante reunião, para definição da sua estratégia a longo prazo; travar o impulso do movimento de libertação na área, reabrir as perspectivas do imperialismo na zona, que o processo em curso no Médio Oriente vinha pondo em causa. E, sobretudo, criar acrescidas dificuldades à luta do povo palestiniano, desviar as atenções do problema central do Médio Oriente: o problema palestiniano.

Com a guerra entre o Iraque e o Irão, só o imperialismo ganha. Perdem os povos do Irão e do Iraque. Perdem todos os povos do Médio Oriente. Periga a própria paz mundial. O fim do conflito impõe-se como a única saída. Não há outra via.

Reforço do desanuviamento com as eleições na RFA

Os resultados das eleições parlamentares do passado domingo na República Federal da Alemanha foram um "duche gelado" para os círculos mais belicistas do imperialismo e para os defensores do ressurgimento da guerra-fria que, em Portugal e restante Europa capitalista, sonham com confrontos belicistas e apostam na política do terror. A vitória expressiva da coligação social-democrata, obtida com acréscimo de mandatos e de votação sobre os "democratas-cristãos" do neofascista Franz-Joseph Strauss, foi um golpe não apenas nas ambições políticas deste dirigente como também nas apostas do imperialismo mais reaccionário em lançar a Europa capitalista numa escalada armamentista e de confronto.

A vitória do SPD de Helmut Schmidt e dos seus parceiros de coligação, os democratas-livres chefiados por Hans Dietrich Genscher, estribou-se fundamentalmente na apresentação de uma plataforma eleitoral que defendia o prosseguimento da política de desanuviamento e o diálogo com a comunidade socialista, nomeadamente com a União Soviética, continuando assim a privilegiar a "Ostpolitik" iniciada por Willy Brandt, ou seja a chamada política de "abertura ao Leste", aos países socialistas.

Esta política de abertura não tem estado isenta das contradições em que assenta a própria coligação governamental na RFA, e nem sempre tem feito face coerentemente às pressões do imperialismo, em particular dos Estados Unidos. Todavia, é evidente que para o povo da RFA a paz é um bem que não se pode desprezar. O voto agora expresso é um categórico "não" aos que conduziriam o país a uma hecatombe infinitamente superior à II Guerra Mundial: colocados no centro da Europa, na fronteira entre dois blocos militares, os cidadãos da RFA sabem que um novo conflito os aniquilaria totalmente. Foi isso o que expressaram no passado domingo, ao votarem maioritariamente numa coligação que, apesar das suas próprias contradições e dos interesses imperialistas que igualmente defende, tem a lucidez de entender que não há alternativa ao desanuviamento, por muito que brademos os "falcões" de todas as latitudes.

O projecto belicista, arrogante e ferozmente anticomunista do "touro da Baviera", que perfilava no horizonte uma submissão total do país aos projectos mais reaccionários e agressivos dos EUA, foi claramente derrotado. As forças amantes da paz e do progresso, tanto na RFA como no mundo, viram as suas posições reforçadas – e esta é a primeira ilação a tirar destas eleições parlamentares na RFA.

Democracia socialista e produtividade

— palavra de ordem do POUP

● Decidida realização de 9.º Congresso

«Penso que o que se passa na Polónia é demasiado sério para que possamos dizer no fim desta sessão que sabemos tudo no que respeita às causas e às vias para a sua superação. Saímos destes debates unânimes quanto ao carácter e às raízes desta crise que foi um protesto não contra o socialismo mas contra as suas deformações. Nasceu antes do mais dos nossos erros que pesam particularmente sobre a direcção do Partido e sobre os órgãos centrais do Estado, nomeadamente o Governo. No que respeita à superação das dificuldades, ela depende da actividade de todo o Partido». Estas são palavras de Stanislaw Kania na sessão de encerramento da 6.ª sessão plenária do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco (POUP).

Uma intensa sessão que se prolongou por 33 horas ao longo de 3 dias, e contou com cerca de 70 intervenções. E que teve como tónica a defesa e reforço da democracia socialista, a todos os níveis, a procura das necessárias soluções na via socialista de desenvolvimento da Polónia, como elemento da comunidade socialista, firme aliado da União Soviética e intransigente defensor da paz e do desanuviamento. Clara localização que se torna particularmente necessária quando a reacção internacional se esmera — e não o esconde — nos esforços para denegrir a Polónia socialista e jogar com os seus problemas para fomentar a sabotagem interna.

O carácter do conflito

Foram unânimes as opiniões expressas ao longo desta sessão quanto ao carácter do conflito vivido — um protesto operário massivo não contra o socialismo, mas contra a violação dos seus princípios, não contra o poder popular mas contra os maus métodos de gestão, não contra o POUP, mas contra erros da sua política. O que impõe ao POUP o dever de eliminar deformações, assegurar integralmente o desenvolvimento da democracia socialista, readquirir a confiança popular para a política do Partido. O que naturalmente não significa ceder face aos que tentam usar da legitimidade de exigências populares para as virar contra o próprio socialismo, nomeadamente através da criação de novas dificuldades económicas que tenderiam a inviabilizar as garantias dadas nos acordos assinados.

Como foi possível?

Esta uma questão que se nos coloca a todos. Na Polónia, naturalmente, mas também em todo o Mundo. A análise feita na reunião do CC do POUP indica que as causas da crise residem na política económica e social e nos métodos de gestão. Assim, foi-se progressivamente agravando a contradição entre uma positiva política de desenvolvimento económico do País e constante melhoria das condições de vida por um lado, e sérios erros na política do Partido e do Estado — o voluntarismo, o desprezo pelas leis económicas do socialismo —, por outro. Os investimentos começaram a pesar excessivamente, o endividamento do País tornou-se imprudente, a agricultura foi substimada, o consumo ultrapassou as possibilidades económicas do País, a questão dos salários, que entretanto têm vindo sempre a sofrer sucessivos aumentos, nunca foi devidamente discutida a nível social. O estilo governamental caracterizou-se por um certo desprezo da opinião pública, a propaganda sensacionalista teve obviamente reflexos negativos. Os grandes sucessos económicos basearam um negativo estilo personalista de poder.

A questão fundamental que hoje se coloca

Superar a crise, garantir, no futuro, a ausência de deformações na vida económica e social, as violações da democracia socialista — é a questão fundamental de hoje. Questão que acarreta problemas como: a estabilização gradual e o melhoramento da situação económica, a superação do desequilíbrio no mercado, a aproximação entre o nível dos rendimentos da população e o fornecimento de mercadorias e serviços (desproporção que entretanto testemunha do alto nível de vida dos polacos), a aceleração da construção de habitações.

Neste sentido foram já tomadas medidas, como: importação, em particular dos países socialistas, dos produtos cuja falta mais se faz sentir no mercado, redução drástica de despesas menos prementes, nomeadamente através da interrupção de investimentos com carácter menos prioritário. Uma profunda reforma no sistema de gestão e administração da economia nacional.

No domínio da agricultura, o POUP decidiu um multiforme apoio aos agricultores e, simultaneamente, favorecer as transformações socialistas na agricultura.

A questão da democracia socialista, cujo necessário reforço foi tónica de todas as intervenções, foi particularmente realçada. No relatório do primeiro-secretário do POUP, Stanislaw Kania, afirma-se: «O nosso Partido está vitalmente interessado no desenvolvimento da autogestão social e da autonomia das organizações sociais. Evidentemente não se trata de independência face à ideologia e à política do socialismo, mas de formação de opiniões e atitudes autónomas em questões e problemas concretos». O que, na prática, significa realçar, na prática, a importância das instituições existentes da democracia socialista e, simultaneamente, informar a sociedade do estado real dos problemas públicos.

A questão sindical

A questão sindical é naturalmente um problema central. A solução encontrada no condicionamento da crise, impõe que os novos sindicatos velarão para que a sua política esteja de acordo com o que foi estabelecido, com os interesses dos operários, defendendo os direitos dos trabalhadores e, simultaneamente, formando a sua atitude cívica face ao País. Como afirmou, no discurso de encerramento, Stanislaw Kania, «tudo faremos para manter a unidade política do movimento sindical, para que o movimento sindical, embora dividido sob o ponto de vista organizativo, tenha um carácter socialista. É necessário estender a coperação a todas as correntes deste movimento. Que avancem por caminhos paralelos mas nunca por caminhos divergentes». Afirmação que realça a confiança na maturidade dos operários polacos, face à evidente esperança dos inimigos do socialismo em utilizar no seu interesse os novos sindicatos.

No que respeita à questão das greves, é feita uma clara distinção entre o movimento de protesto que traduziu o descontentamento popular face às violações da democracia socialista e das leis económicas do socialismo e os actuais surtos grevísticos, cujos resultados não podem deixar de ser simplesmente um agravamento da situação económica que frontalmente prejudica os trabalhadores, num Estado que é dos trabalhadores.

O Partido

O POUP é a força dirigente do povo. Como tal, a principal conclusão da análise aos acontecimentos que a Polónia viveu é que é indispensável proceder a profundas transformações e revalorizar o funcionamento do próprio Partido.

A democracia no seio do Partido é a principal condição para o aprofundamento da democracia socialista no país. É a mais sólida garantia para o futuro. Assim foi decidido o reforço da importância dos Estatutos do Partido, como lei interna obrigatória para todos e uma profunda análise crítica da política de quadros, que passa no momento por diversas alterações a nível da direcção do Partido, e uma prática futura baseada na confiança e na autonomia, num firme controle e na exigência para com os quadros. As relações entre o Partido e o Estado são igualmente objecto de estudo.

Quem cumpre os acordos?

No curto espaço de um mês, muito foi já feito para superar a situação de crise e cumprir o que foi acordado: uma comissão estuda a nova lei sindical, até fim de Outubro 10 milhões beneficiarão dos aumentos salariais iniciados em Julho (ou seja, antes da crise deflagrar), a semana de trabalho será reduzida a partir de Janeiro, e na mesma altura aumentadas as pensões e abonos de família. Entretanto, o ritmo de produção mantém-se, em muitos casos, aquém do que foi estabelecido de mútuo acordo e os actuais surtos grevísticos surgem como manifestamente irrealistas e desfazados das impossibilidades económicas do país, o que além do mais impede o cumprimento do que foi estabelecido no que respeita ao aprovisionamento do mercado. Reflexo da actividade de elementos anti-socialistas? Uma questão a que os trabalhadores polacos certamente saberão responder. A principal garantia do cumprimento dos acordos estabelecidos reside no rápido restabelecimento do ritmo normal da produção, no trabalho bem organizado e com elevados rendimentos, na disciplina social e no melhoramento da gestão.

9.º congresso extraordinário

Culminando o complexo processo de superação da crise, o CC do POUP decidiu a realização do 9.º congresso extraordinário, considerando que os seus preparativos devem englobar o maior número possível de militantes do Partido nas fábricas, nos campos, e em todos os meios sociais e profissionais.

Como decidiu o CC, "no decurso dos preparativos do 9.º Congresso, deverá ser elaborado, na base dos conhecimentos e das experiências de todo o Partido, um vasto programa visando fazer sair o país da difícil situação actual e definindo as perspectivas reais do desenvolvimento da Polónia nos anos 80. Reforçar as fileiras do Partido em torno do Comité Central e restabelecer a ligação com as massas é uma tarefa urgente. O desenvolvimento da democracia interna do Partido e uma geral animação da vida ideológica no seio do Partido devem servir a concretização deste objectivo".

A inadiável batalha da produção – base da solução dos problemas do país

31 anos de Socialismo na RDA

Em 7 de Outubro de 1949 fundava-se o Estado da República Democrática Alemã, partindo de condições extremamente difíceis: um país arrasado pela guerra, falta de matérias primas, tentativas de sabotagem económica por parte da reacção, que ao mesmo tempo tentava dificultar ao máximo o desenvolvimento das relações internacionais da RDA. Hoje, passados 31 anos, a República Democrática Alemã regista um aumento em oito vezes do seu rendimento nacional e constitui um dos países industrial, tecnológica e socialmente mais avançados do mundo.

A reconstrução do país em escombros e a edificação de um Estado socialista altamente industrializado e desenvolvido foi tarefa exaltante levada a cabo, sem vacilações, pelos trabalhadores, a classe operária e o povo alemão que, firmemente implantados na comunidade socialista, dela receberam uma solidariedade activa e fraternal, nomeadamente da União Soviética. É neste esforço coerente e tenaz, balizado pela ideologia da classe operária, o marxismo-leninismo, e tendo por objectivo a construção do socialismo, que se explica o «milagre» da República Democratica Alemã: um país socialista próspero e poderoso, amante da paz e do progresso e intransigente defensor do desanuviamento, da coexistência pacífica, do desarmamento, do entendimento entre os povos.

Os primeiros dirigentes da RFA foram destacados antifascistas e democratas, como o seu primeiro presidente, o comunista Wilhem Pieck, ou o primeiro Presidente do Conselho de Ministros, antigo dirigente do Partido Social Democrata, Ott Grotewohl que, juntamente com outros conhecidos democratas, formaram o primeiro Governo do país.

Hoje também se encontram na direcção da RDA dignos representantes dos cinco partidos e organizações de massas, muitos dos quais lutaram toda a sua vida contra a ditadura e o fascismo, como por exemplo o secretário-geral do PSUA e Presidente do Conselho de Estado, Erich Honekker, que permaneceu doze anos nas cadeias nazis. Igualmente hoje se verifica que os autênticos representantes do povo, eleitos em eleições livres e democráticas para os diversos organismos representativos, reflectem a estrutura da população, até aos escalões mais elevados do Estado – operários, camponeses, empregados, cientistas, artistas.

Sublinhe-se igualmente que, devido a reformas democráticas (reforma agrária, do ensino, da justiça, expropriação dos monopolistas responsáveis pela II Guerra Mundial) e à colocação em todos os órgãos de Estado dos verdadeiros representantes do povo, foi possível garantir a liquidação de todos os vestígios do fascismo – tal como estava previsto nos Acordos de Postdam – e o desenvolvimento de um Estado antifascista democrático.

Os resultados de 31 anos de exixtência da RDA provam que a construção da sociedade socialista é possível e necessária para resolver os grande problemas da Humanidade.

Delegações do PCP

● Bruxelas

Partiu na 3.ª-feira, dia 7, para Bruxelas uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e por Gorjão Duarte, membro suplente do CC do PCP, que participará nos dias 8 e 9 de Outubro num Encontro de Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa, subordinado ao tema da "Crise. integração europeia e lutas operárias".

● Coreia

Partiu para Pyongyang, República Democrática e Popular da Coreia, uma delegação do Partido Comunista Português composta por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Luísa Araújo, suplente do CC do PCP.

Esta delegação representará o PCP no VI Congresso do Partido do Trabalho da Coreia e nas celebrações do 35.º aniversário daquele partido, que terão lugar a partir do dia 10 de Outubro.

edições Avante!

CRISE E QUEDA DOS GOVERNOS PS

Volume I

DA CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA À FORMAÇÃO DO GOVERNO PS/CDS

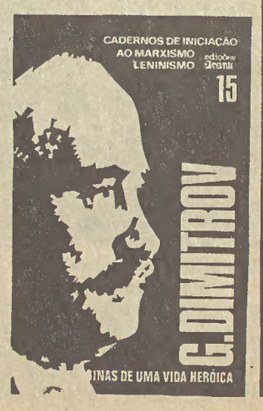
Volume II

O GOVERNO PS/CDS

CDL a distribuição

edições Avante!

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO



QUARENTA E UM DEPUTADOS APU ELEITOS

Distrito de Aveiro

Vital Moreira

Professor da Faculdade de Direito de Coimbra, membro do PCP, 35 anos de idade. Natural do concelho de Anadia.

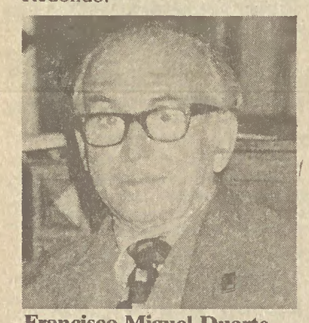
Deputado às Assembleias Constituinte e da República. Presidente eleito da Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro da Assembleia Municipal da Anadia.

Distrito de Beja

Dinis Miranda

Membro da Comissão Política do CC do PCP, 50 anos de idade. Membro do PCP desde 1946,fez parte da Comissão Central do MUD Juvenil. Preso cinco vezes, sofreu um total de doze anos de prisão. Em Dezembro de 1959 fugiu da cadeia voltando a ser preso sete anos depois.

Deputado à Assembleia Constituinte. É presidente da Assembleia Municipal do Redondo.

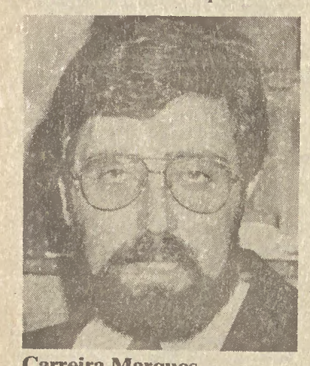


Francisco Miguel Duarte

73 anos, manufactor de calçado, membro do Comité Central do PCP, deputado à Assembleia da República.

Membro do Partido desde 1932. Passou mais de 21 anos nas prisões fascistas, tendo estado duas vezes no campo de concentração do Tarrafal, num total de 8 anos e um mês, tendo sido o último preso a abandonar este campo de tortura e morte. Participou na fuga de Peniche com Álvaro Cunhal.

Deputado às Assembleias Constituinte e da República.

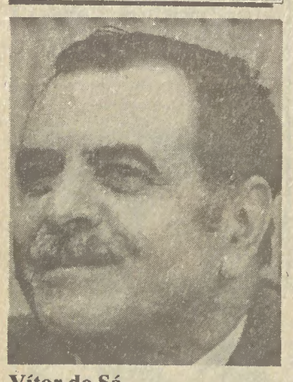


Carreira Marques

34 anos, técnico de contas, membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP. Colaborador do jornal "Reforma Agrária". Dinamizador da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Beja.

Deputado às Assembleias Constituinte e da República

Distrito de Braga



Vítor de Sá

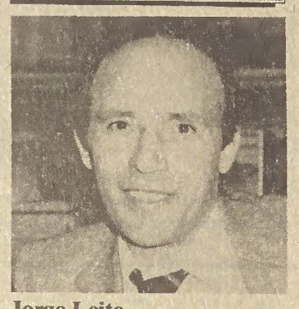
59 anos, professor universitário, historiador, ensaísta, natural de Barcelos. Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto.

Sindicalista em 1944/45, foi o fundador do Sindicato dos Caixeiros do distrito. Como historiador, tem 30 obras publicadas sobre diversos temas da cultura portuguesa. Candidato pela Oposição Democrática em 1961 e 1968. Preso pela PIDE sete vezes. Demitido das funções públicas em 1959.

Membro do sector intelectual do PCP do Distrito de Braga.

Deputado da Assembleia da República.

Distrito de Coimbra



Jorge Leite

41 anos, assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, membro do PCP. De origem camponesa, é natural do Distrito da Guarda. Por motivos políticos foi suspenso das funções docentes da Faculdade em 1973.

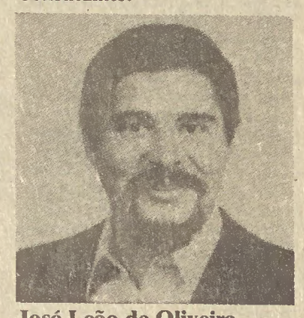
Deputado à Assembleia da República.

Distrito de Évora

António Gervásio

53 anos, operário agrícola, membro da Comissão Política do CC do PCP. Membro do Partido desde os 18 anos. Preso pela PIDE três vezes. Em Dezembro de 1961 foge do Forte de Caxias com mais sete camaradas. Participou na preparação e direcção da histórica jornada das 8 horas de trabalho para os trabalhadores rurais, em 1962.

Deputado à Assembleia Constituinte.



José Leão de Oliveira

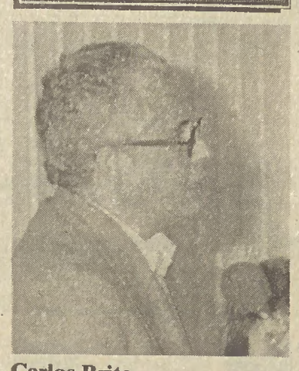
26 anos, médico do Hospital Distrital de Évora, membro da Comissão Concelhia de Évora do PCP. Fez parte em 1972/73 da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa. De 1973 a 1976 militou na UEC.

Deputado à Assembleia da República.

Custódio Jacinto Gingão

37 anos, operário agrícola, deputado à Assembleia da República.

Distrito de Faro



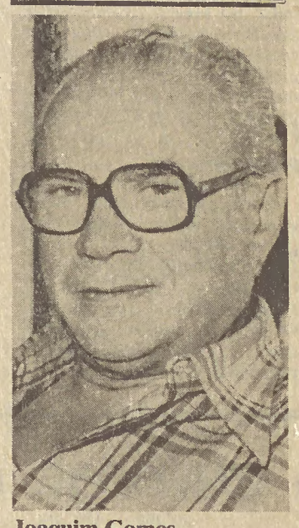
Carlos Brito

47 anos, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Foi preso três vezes pela polícia fascista, tendo-se evadido em 1957 da prisão do Aljube.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo eleitoral de Faro. Presidente do Grupo Parlamentar do PCP desde a entrada em funcionamento da Assembleia da República.

Distrito de Leiria



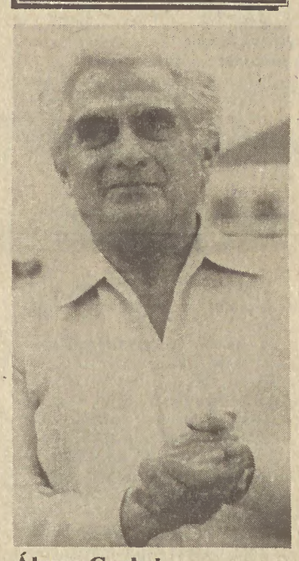
Joaquim Gomes

62 anos, operário vidreiro, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Com 15 anos ingressou na Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Fez parte do Comité Local da Marinha Grande, onde trabalhava como operário vidreiro. Preso pela segunda vez em 1952 evade-se da prisão no Porto, passados nove meses. Preso novamente em 1958, viria a abandonar o Forte de Peniche durante a fuga de 1960 com Álvaro Cunhal.

Eleito deputado à Assembleia da República.

Distrito de Lisboa



Álvaro Cunhal

66 anos, licenciado em Direito, secretário-geral do PCP.

Iniciou a sua actividade revolucionária quando estudante. Preso por duas vezes, a última em 1949, é mantido incomunicável durante 14 meses e permanece 11 anos seguidos nos cárceres fascistas, 8 dos quais em pleno isolamento. Em 1961 reconquista a liberdade, fugindo de Peniche. No ano seguinte é eleito secretário-geral do PCP.

Autor de vasta obra teórica. Após o 25 de Abril de 1974, foi ministro sem pasta do I, II, III e IV Governos Provisórios e deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República em 1976.

José Manuel Tengarrinha

48 anos, natural de Portimão, professor universitário e ensaísta. Presidente da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Foi membro da Comissão Central do MUD Juvenil em 1947.

Participou na organização dos II e III Congressos da Oposição Democrática e candidato da CDE em 1969 e 1973 por Lisboa. Eleito deputado na Constituinte de 1975 e na Legislativa de 1979. Membro do Conselho Mundial da Paz.Foi preso pela PIDE em 1948, 1951. 1961, 1973 e 1974; liberto a 25 de Abril de 1974.

Octávio Pato

55 anos, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Natural de Vila Franca de Xira, ingressa no PCP com 16 anos. Preso em 1961 e torturado, é condenado a 8 anos e meio de prisão e medidas de segurança, vindo a ser libertado em 1970. Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, foi candidato do PCP à Presidência da República em 1976.

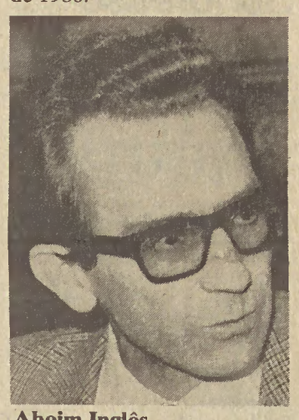
Anselmo Aníbal

Independente. 37 anos, licenciado em Filosofia, especialização em França.

Foi dirigente estudantil entre 1963 e 1965.

A partir de 1974, foi responsável da Direcção do Pessoal do Banco Totta & Açores, responsável pela docência da cadeira de gestão de Pessoal no ISE. Secretário da Administração Pública durante o V Governo Provisório.

Vereador da CML pela APU em 1977/79, e de novo a partir de 1980.

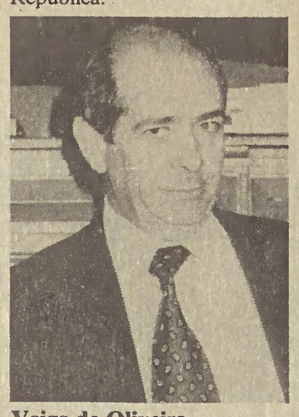


Aboim Inglês

50 anos de idade, membro do CC do PCP.

Aderiu ao PCP com 16 anos de idade. Foi activista do MUD Juvenil. Foi repetidas vezes preso pela PIDE, tendo passado cerca de 10 anos nas cadeias fascistas.

Deputado à Assembleia da República.



Veiga de Oliveira

51 anos, engenheiro, membro do CC do PCP.

Foi activista do MUD Juvenil em 1949. É membro do Partido desde 1954. Preso pela PIDE em 1965 viria a ser libertado cinco anos depois.

Foi ministro, em representação do PCP, dos Transportes e Comunicações no IV Governo Provisório; ministro do Equipamento Social, ministro das Obras Públicas no VI Governo Provisório.

Deputado à Assembleia da República.

Jerónimo de Sousa

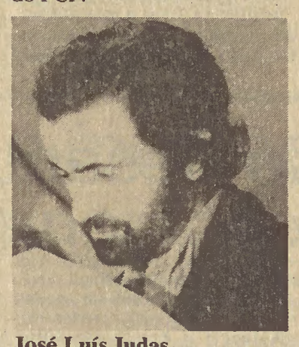
33 anos, operário metalúrgico, membro do CC do PCP.

Durante o fascismo participou activamente no movimento sindical. Pertence ao Secretariado da CIL, membro da DORL.

Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República.

Maria Alda Nogueira

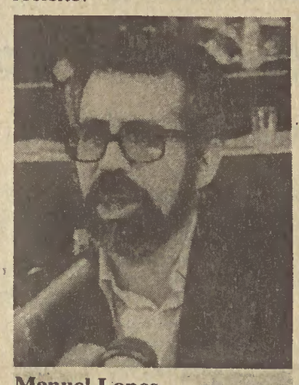
57 anos, licenciada em Físico-Química, membro do CC do PCP. Aderiu às juventudes comunistas. Após intensa actividade é presa em 1959, passando mais de 9 anos nas prisões fascistas. Deputada à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Faz parte do Conselho Executivo Português da União Interparlamentar. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP.



José Luís Judas

37 anos, membro do Secretariado Nacional e da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Participou na campanha eleitoral da oposição democrática desde 1969. Intensa actividade a nível sindical quer antes quer após o 25 de Abril. Em 1975 é eleito para o Secretariado da Intersindical no I Congresso, cargo para o qual tem sido reeleito.



Manuel Lopes

Independente, 36 anos, profissional da Indústria dos Lanifícios, membro do Secretariado Nacional e da Comissão Executiva da CGTP-IN desde 1977.

Militou na Juventude Operária Católica onde ocupou cargos directivos em 1963 e 1969. Intensa actividade sindical: Presidente da Direcção do Sindicato dos Lanifícios de Lisboa, Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Lanifícios.

Militou na CDE. Depois na fundação do MES a cuja Comissão Política pertenceu.

Georgette Ferreira

54 anos, operária têxtil, membro do CC do PCP.

Membro do Partido desde 1943, passou à clandestinidade em 1945, presa em 1949, evadiu-se em 1951. Cooptada para o CC em 1952.

No estrangeiro participou em diversas reuniões da Federação Democrática Internacional de Mulheres e da Federação Sindical Mundial, etc. A partir de 1965 desempenhou tarefas de direcção em Lisboa, Porto e Setúbal.

Deputada à Assembleia Constituinte em 1975 e deputada à Assembleia da República.

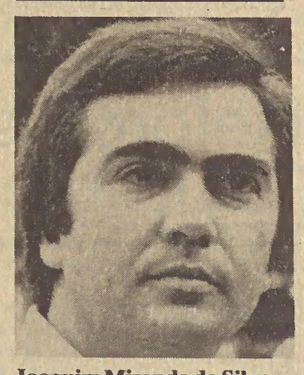
Zita Seabra

Membro do CC do PCP, 31 anos de idade. Militante do PCP desde os 15 anos. Em 1967 passou à clandestinidade trabalhando no sector estudantil e como membro da UEC desde a sua fundação em 1972. Deputada à Assembleia da República.

Helder Pinheiro

Operário fabril na Soda Póvoa. 40 anos de idade. Eleito dirigente do Sindicato dos Químicos de Lisboa em Março de 1975 e reeleito em 1977 e 1979.

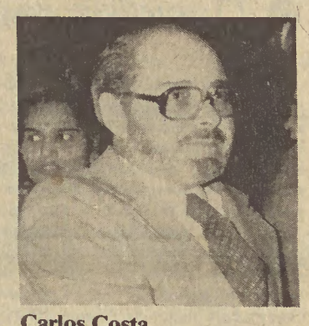
Distrito de Portalegre



Joaquim Miranda da Silva

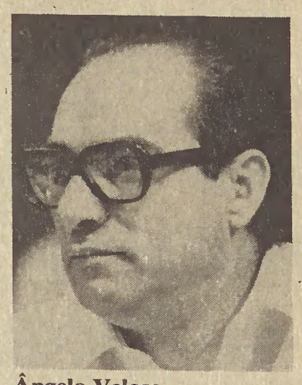
Economista, membro da Comissão Distrital de Portalegre do PCP, 29 anos de idade. Técnico do Secretariado Distrital das UCPs/Cooperativas Agrícolas. É vereador da Câmara Municipal de Portalegre.

Distrito de Porto



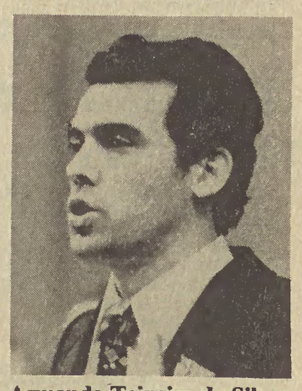
Carlos Costa

Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, 52 anos de idade. Militante do Partido aos 15 anos. Fundador do MUD Juvenil. Preso pela primeira vez em 1948. Participou com Álvaro Cunhal, em 1960, na fuga de Peniche. Responsável da DORN nos últimos anos do fascismo. Eleito deputado à Assembleia Constituinte.



Ângelo Veloso

Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, 49 anos de idade. Aderiu ao MUD Juvenil. Detido pela primeira vez aos 19 anos, passou nas prisões fascistas mais de 11 anos. Eleito deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Desde o 25 de Abril tem sido responsável pela actividade e organização partidária em todo o Norte do País.

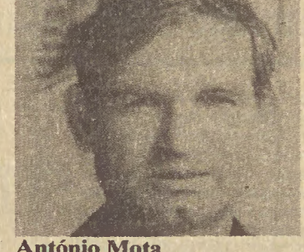


Armando Teixeira da Silva

Operário gráfico, 36 anos de idade. Activista da oposição democrática ao regime fascista. Após o 25 de Abril e até 1977, dirigente do Sindicato dos Gráficos do Porto e membro do Secretariado da USP. Suplente do Secretariado da Intersindical em 1975, membro efectivo do Secretariado e da Comissão Executiva da Intersindical em 1977. Eleito coordenador da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN em 1980. Secretário de Estado da Segurança Social no 5.º Governo Provisório.

Raúl de Castro

Advogado, vice-presidente da Comissão Nacional e membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE, 58 anos de idade. Vereador da APU na Câmara Municipal do Porto. Candidato em 1975 pelo MDP/CDE à Assembleia Constituinte e em 1976 candidato independente na lista do PCP à Assembleia da República. Encabeça a lista da APU à Câmara Municipal do Porto.



António Mota

António Mota, 43 anos de idade. Membro suplente do CC do PCP.

Participou em diversas lutas sindicais durante o fascismo.

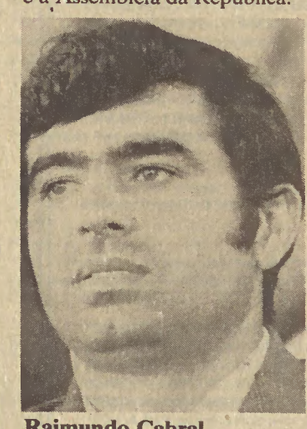
Funcionário do Partido desde 1974. Deputado.

Distrito de Santarém

António Dias Lourenço

Membro da Comissão Política do CC do PCP, 65 anos de idade.

Membro do Partido desde 1932, preso por duas vezes, totalizando 17 anos de cadeia. Director do «Avante!». Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República.



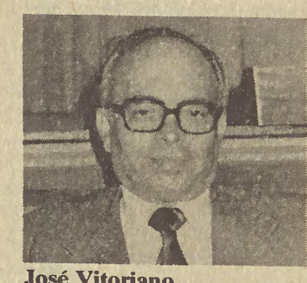
Raimundo Cabral

33 anos, operário agrícola, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Distrito de Setúbal

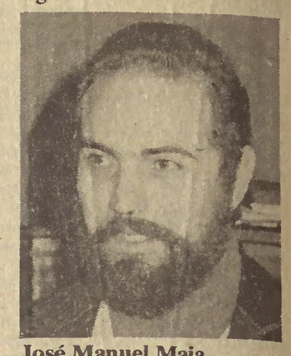
Domingos Abrantes

Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, 44 anos de idade. Militante do Partido desde os 18 anos. Preso por duas vezes, passou no total 11 anos nas prisões fascistas. Em 1976 foi eleito deputado à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.



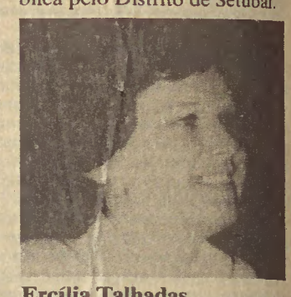
José Vitoriano

Membro da Comissão Política do CC do PCP, 63 anos de idade. Foi presidente do Sindicato dos Corticeiros do Algarve. Preso duas vezes pela PIDE, a primeira das quais em 1948, passou mais de 17 anos nas prisões fascistas. Eleito deputado em 1976 para a Assembleia da República pelo distrito de Faro, exerceu funções de vice-presidente da Assembleia da República, cargo para que foi eleito sucessivamente nas três sessões legislativas.



José Manuel Maia

Membro suplente do CC do PCP, serralheiro mecânico e membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Foi membro do Conselho Geral dos Trabalhadores da Lisnave. Eleito deputado em 1975 à Assembleia Constituinte e em 1976 à Assembleia da República pelo Distrito de Setúbal.

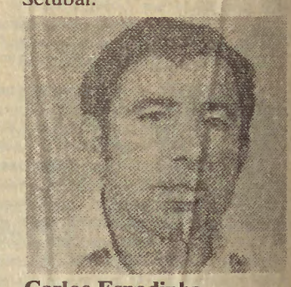


Ercília Talhadas

Membro suplente do CC do PCP, 33 anos de idade. Operária química e membro da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP. Membro do Movimento Democrático das Mulheres desde 1970. Candidata pela Oposição à Assembleia Nacional fascista em 1973. Eleita deputada em 1976 à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.

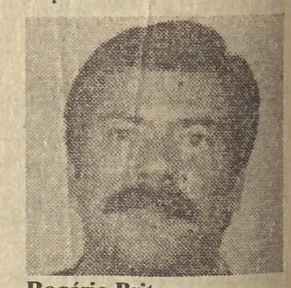
Sousa Marques

Engenheiro, 34 anos de idade, membro da Organização Concelhia do Seixal do PCP. Membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Membro do Conselho Directivo do Grupo Parlamentar Português na União Parlamentar. Em 1976 eleito deputado à Assembleia da República pelo distrito de Setúbal.



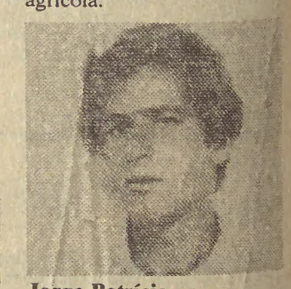
Carlos Espadinha

Pescador (Sines), 35 anos de idade. Membro da Comissão Concelhia de Sines do PCP. Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal. Deputado à Assembleia da República.



Rogério Brito

34 anos, engenheiro técnico agrícola.



Jorge Patrício

22 anos, operário da Setenave, membro da Comissão Central da JCP.

Odete Santos

39 anos, advogada, de Setúbal.